

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO

CRISTINA JACQUES

**O RETRATO DA ONDA PUNITIVA NA SOCIEDADE
BRASILEIRA**

Santos

2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO

CRISTINA JACQUES

**O RETRATO DA ONDA PUNITIVA NA SOCIEDADE
BRASILEIRA**

Trabalho de conclusão de curso
como requisito parcial para
obtenção do título de Assistente
Social, sob orientação da profª. Drª.
Andrea Almeida Torres no curso de
Serviço Social.

Santos

2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO

CRISTINA JACQUES

O RETRATO DA ONDA PUNITIVA NA SOCIEDADE BRASILEIRA

Trabalho de conclusão de curso
como requisito parcial para
obtenção do título de Assistente
Social, sob orientação da profª. Drª.
Andrea Almeida Torres no curso de
Serviço Social.

Aprovação em: ____/____/_____
EXAMINADORAS:

Profa. Dra. Andrea Almeida Torres
Universidade Federal de São Paulo

Kely Hapuque Cunha Fonseca
Assistente Social

Santos

2014

A meu companheiro José Luiz, pelo amor e incentivo e à todas as mães cujos corações habitam nos cárceres da intolerância humana.

AGRADECIMENTOS

*Ao meu marido **José Luiz**, que me deu o primeiro impulso para a realização deste projeto profissional, que me deu todo apoio e incentivo, além do amor, carinho e confiança.*

*Às minhas amigas **Irene Carl** e **Karla Rodrigues** que estiveram ao meu lado nos momentos mais difíceis de minha vida e que não me deixaram desistir de meus sonhos quando tudo parecia impossível.*

*À minha família – meus pais **Euclides** e **Marlene** por todo amor que sempre me deram, meu irmão e irmãs por manterem a família unida diante de toda adversidade, em especial minha irmã **Sharlene** com a qual minha alma se identifica.*

*À minha sobrinha **Caroline**, que tão criança ainda, foi capaz de curar meu coração partido.*

*Aos meus colegas de turma, pela acolhida, pelo aprendizado e pelos momentos de tensão e diversão que vivemos juntos, em especial **Priscilla Duarte** pelas noites em claro filosofando sobre a vida e **Karen Trevisan** pelo companheirismo.*

*À **Eliane Mello**, que foi minha grande companheira nessa jornada, com quem dividi minhas angústias, meus medos e também minhas alegrias e que fará parte de minha vida pessoal e profissional, sempre.*

À todos/as docentes do curso de Serviço Social, e demais que me possibilitaram o processo de desconstrução e construção permanente de minhas concepções e valores, no propósito de uma formação crítica capaz de me tornar uma profissional à altura da honrosa profissão que escolhi.

*À minha professora, supervisora de estágio, orientadora e cúmplice **Andrea Torres**, que soube como ninguém compreender meu tempo e meus momentos especiais, da qual vou levar grandes ensinamentos e uma boa dose de coragem.*

*Aos meus filhos, **Rodrigo** e **Guilherme**, simplesmente por que eu os amo.*

Na cadeia

*Na cadeia os bandidos presos!
o seu ar de contemplativos!
que é das feras de olhos acesos?!
pobres dos seus olhos cativos.*

*Passeiam mudos entre as grades,
parecem peixes num aquário.
- campo florido das saudades,
porque rebentas tumultuário?*

*serenos... serenos... serenos...
trouxe-os algemados a escolta.
- estranha taça de venenos
meu coração sempre em revolta.*

*Coração, quietinho... quietinho...
porque te insurges e blasfemas?
pschuu... não batas... devagarinho...
olha os soldados, as algemas!*

Camilo Pessanha

RESUMO

Diante do quadro caótico em que se encontra o sistema penitenciário brasileiro e da propagação de um estado de guerra permanente contra o crime e a violência urbana, as abordagens penais têm se mostrado ineficazes em conter o avanço de uma cultura de encarceramento, que se encontra na linha de frente na disputa de interesses políticos e econômicos que legitimam sua aparentemente inevitável continuidade. Uma onda punitiva que surgiu à partir do programa de “Tolerância Zero” norte americano na década de 90, avança pela Europa e de lá para os demais continentes. No Brasil, o seu impacto é potencialmente devastador, considerando a formação sócio histórica brasileira, marcada pela ausência de Estado Democrático de Direito de fato estabelecido. O legado deixado por anos de escravidão e de desproteção social, evidenciam uma sociedade dominada por interesses da elite burguesa e do capital, na qual a desigualdade social é a engrenagem que faz o sistema penal operar. Os dados que levantamos sobre população carcerária brasileira nos mostrou uma seletividade no perfil dos sujeitos aos quais são imputadas as penas. Buscamos as origens do direito penal e da suas formas de interpretação através da leitura de alguns autores clássicos e contemporâneos, para maior compreensão da estrutura atual, que faz da prisão, um elemento central no controle social exercido pela nova investida das políticas neoliberais. Em tempos de grande alcance da mídia em seu vários formatos, pesquisamos sua instrumentalidade à serviço do capital e seus interesses punitivos, como também encontramos na busca menos óbvia, canais de enfrentamento ao domínio neoliberal.

Palavras chaves: Prisão, controle social, neoliberalismo, mídia

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO 1- As origens do punir.....	12
1.1 A reformulação do direito de punir.....	12
1.2 A escola lombrosiana e a pena.....	17
1.3 A prisão e o disciplinamento.....	19
1.4 A punição na contemporaneidade.....	25
1.4.1 A perspectiva política da prevenção social.....	28
CAPÍTULO 2 –O encarceramento em massa como resposta da sociedade punitiva.....	31
2.1 O encarceramento no avanço do estado neoliberal: o modelo <i>made in</i> USA exportado para o mundo.....	31
2.2 O encarceramento em massa no Brasil.....	37
2.2.1 Retratos dos cárceres brasileiros.....	38
CAPÍTULO 3- A Pesquisa na mídia Brasileira: As abordagens sobre penas e punições.....	49
3.1 Dados e análise crítica da pesquisa.....	49
3.1.1 Maioridade penal: o mito da impunidade.....	49
3.1.2 Prender como saída/solução	56
3.1.3 Criminalização das manifestações.....	62
3.1.4 Justiça pelas próprias mãos.....	65
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	71
REFERÊNCIAS.....	74
ANEXOS	

INTRODUÇÃO

O aumento da violência em todas as suas formas e expressões, têm gerado um clamor da sociedade por soluções urgentes. Essa urgência não questiona as causas mais profundas da criminalidade e violência, menos ainda sobre as consequências e intencionalidades do encarceramento em massa que eleva a população carcerária a níveis altíssimos. Entretanto, a privação de liberdade como pena, têm sido veementemente questionada pela análise crítica da criminologia e da sociologia. O senso comum também questiona se a supressão da liberdade tutelada pelo Estado, por si só, é eficaz para deter a criminalidade; ora visto o conhecimento público dos altos índices de reincidência e da falácia da ressocialização. A prisão é vista como escola do crime, no entanto, contraditoriamente, para conter o avanço do crime e da violência, é para lá que enviamos grande parte de nossa juventude, aquela que acreditamos ser o “futuro da nação” e se possível cada vez mais cedo, como fica evidente no debate da redução da maioridade penal. Se por um lado é importante esse questionamento para avançarmos na direção do desencarceramento, da aplicação das penas alternativas, ou de alternativas à pena, que de fato possam contribuir para um sistema de justiça que não viole os direitos fundamentais reconhecidos pela Declaração Universal dos Direitos Humanos e incorporada em nossa Constituição; por outro lado, o medo social que se propaga por um estado de guerra permanente, conduz à opiniões extremistas, como a pena de morte e uma cegueira coletiva que ignora ou tolera o extermínio silencioso que faz a violência do Estado. A prisão nos assombra por seus horrores, que insistem em se tornar visíveis, mas ao mesmo tempo, não sabemos viver sem ela. Os conflitos e as relações sociais estão cada vez mais judicializados e para quem quiser se aventurar na compreensão da produção e reprodução da vida social, um olhar mais apurado, mais crítico, se faz necessário, em nosso caso, no exercício profissional de um/a Assistente Social é primordial, pois se pretendemos guiar nossas ações por nosso código de ética profissional, temos que assumir o compromisso com a classe trabalhadora no enfrentamento das expressões da Questão Social, entre elas, a violência urbana.

O questionamento que nos moveu na direção do tema da “onda punitiva” é por que punir? Não falamos em responsabilização, em compensação, em reparação, apenas em punição, que nada mais é do que a aplicação de uma violência: retirar a liberdade, nosso bem maior, para vingar um delito. No debate filosófico o argumento moralista e conservador nos faz parecer ingênuos, quando não coniventes diante das ações delituosas. Por isso a importância de fundamentar nossa crítica para além dos debates ideológicos, para o enfrentamento cotidiano dessa onda punitiva que já nos atinge tão ferozmente.

A era da tecnologia e da informação proporcionou grandes conquistas e também muitos conquistados, ou seja, temos acesso mais livre à informação, ao conhecimento e no entanto não temos a percepção do quanto somos condicionados por essa mesma teoria de liberdade, que nos aprisiona em frente as telas de TV, notebooks, celulares, com conteúdos direcionados a nossa subjetividade, forjando opiniões radicais, que limitam a reflexão crítica capaz de desvendar a realidade. É o poder midiático a serviço da cultura do isolamento, do individualismo, do consumismo, enfim, do capital. O quanto a prisão e o sistema de produção capitalista se relacionam? Qual a contribuição da mídia nessa relação? Essas são algumas das questões que tentamos desvendar ao longo deste trabalho de conclusão de curso, baseadas em análises críticas, reflexivas e teóricas.

Nosso trabalho foi elaborado em três capítulos: o primeiro é uma revisão na literatura clássica do direito penal e de autores contemporâneos que fazem este percurso, contemplando temas como punição e prisão, entre eles Baratta (1997) Beccaria (2001), Bitencourt (1993), Carvalho (2008) e Foucault (1979, 2011): resgatando a historicidade da punição; da evolução da prisão e seus aspectos políticos e econômicos; a punição contemporânea na perspectiva da criminologia tradicional e criminologia crítica.

No segundo capítulo a partir de Wacquant (2001, 2005, 2008, 2012) e de artigos publicados no Editorial Encarceramento em Massa da revista PUCviva 39, 2010, abordamos o avanço das políticas neoliberais a partir do modelo norte americano, que associadas a uma crise do capital e uma reestruturação do trabalho, fomentam o crescimento da população carcerária no mundo. No Brasil, enfatizamos aspectos culturais, políticos, econômicos e sociais que influenciam e potencializam

a prisão-pena e o encarceramento em massa, com um raio x do sistema prisional brasileiro.

No terceiro e último capítulo, apresentamos uma pesquisa nas mídias populares de alguns acontecimentos marcantes, que tiveram destaque na mídia no ano de 2013 e primeiro semestre de 2014, como ao debate da redução da maioridade penal, a superlotação carcerária, as privatizações dos presídios e a criminalização de alguns atores das mobilizações de junho de 2013, marcantes em todo o país e por fim, a onda de “justiceiros” que polemizou o debate sobre justiça e segurança pública. Para tal, elegemos matérias em vários formatos de mídia e construímos uma análise crítica com autores como Nilo Batista (2003), Vera Malaguti Batista (2011, 2012), artigos da web e nossa análise pessoal fundamentada no referencial teórico do qual nos apropriamos ao longo deste curso.

CAPÍTULO 1 – As origens do punir

1.1 A reformulação do direito de punir

“Consultemos, pois, o coração humano; acharemos nele os princípios fundamentais do direito de punir”. (BECCARIA)

Bitencourt¹, em sua obra “Falência das Penas de Prisão” (1993), nos alerta que :

A origem da pena, todos recordam, é muito remota, perdendo-se na noite dos tempos, sendo tão antiga quanto a Humanidade. Por isso mesmo é muito difícil situá-la em suas origens (BITENCOUT, 1993, p.13).

Para o autor, a cada forma de punir de cada momento da história humana, estariam relacionados a vários fatores, como as transformações políticas, sociais, morais e econômicas. Na antiguidade, a privação da liberdade não era estritamente uma sanção penal, mesmo que o cárcere como custódia fosse utilizado nas masmorras e calabouços. Na idade média, ainda temos a custódia, mas surgem as prisões de Estado, para os inimigos do poder e as prisões eclesiásticas destinadas aos clérigos rebeldes, com caráter de penitência e meditação. A religião exerceu grande influência no processo evolutivo da pena privativa de liberdade e o direito canônico para o surgimento da prisão moderna como sua antecessora; não devendo haver exageros na comparação entre elas, pois tiveram diferenças fundamentais. Na Idade moderna a pobreza que se espalhava por toda a Europa, gerou uma massa de vítimas da escassez que subsistiam com a mendicância e a delinquência. Como a pena de morte seria inconcebível à um número tão grande de pessoas, as primeiras estruturas prisionais (casas de correção) são construídas, para nelas se recolherem “os vagabundos, os ociosos, os ladrões e os autores de delitos menores” (id.,p. 14-24), com a suposta finalidade de reforma dos delinquentes através do trabalho (forçado) e da disciplina. Na mesma linha, surgem nesse período as

¹ Cezar Roberto Bitencourt, Doutor pela Universidade de Sevilha, em Direito Penal e Controle Social, Professor Universitário e Diretor da Escola Superior do Ministério Público do Rio Grande do Sul e Procurador da Justiça. Entre suas obras, destacamos “Lições do Direito Penal” e “Falência das Penas de Prisão”.

workhouse, na Inglaterra. O autor cita também as galés² do século XVI como prisões flutuantes.

Em Marx, Bitencourt encontra a análise materialista dialética que detecta na instauração do sistema capitalista de produção, uma das oportunas transformações da prisão-custódia em prisão-pena, vinculada ao disciplinamento da mão de obra necessária ao sistema emergente e não a reforma do delinquente, ideologicamente instituída a partir de então por razões políticas-econômicas.(id., p.33)

Respeitadas as várias causas que explicam o surgimento da prisão (citamos algumas), Bitencourt se ocupa dos reformadores do século XVIII. Nos deteremos em Beccaria, e na apropriação das ideias filosóficas do iluminismo, do contratualismo associado ao utilitarismo, ou seja, do contrato social aos objetivos da pena; mesmo que Beccaria tenha se ocupando mais do Direito Penal, algumas ideias foram importantes ao processo de racionalização e humanização da prisão.

Os princípios reabilitadores ou ressocializadores da pena têm como antecedente importante estes delineamentos de Beccaria, já que a humanização do Direito Penal e da pena são um requisito indispensável. É paradoxal falar da ressocialização como objetivo da pena privativa de liberdade se não houver um controle do poder punitivo e uma constante tentativa de humanizar a justiça e a pena (id.,p.43).

Segundo Beccaria³ (2001), em sua obra *Dos Delitos e das Penas*, originalmente publicada em 1764, apenas as boas leis poderiam dar equilíbrio à sociedade impedindo que uma minoria seja detentora dos privilégios e felicidade e deixe a maioria na pobreza. Para ele a sociedade como um todo precisa rever-se, mas tratará em seu livro apenas da questão criminal. Beccaria foi insurgente em seu tempo, quando não mais podia aceitar as injustiças, a tirania e abusos dos processos criminais. Suas indagações que dirigem sua análise são :

² As galé eram navios, em geral militares, destinados à guerra, para onde eram enviados os prisioneiros como escravos, forçados a remar, acorrentados em um banco sob a ameaça de um chicote.(BITENCOURT, id., p.26)

³ Cesare Bonesana (1738-1794) marquês de Beccaria foi um jurista, filósofo, economista e literato italiano. Realizou grandes críticas a legislação penal de sua época. Suas obras são fundamentais no estudo do Direito Penal.

Mas qual a origem da penas, e qual o fundamento do direito de punir? Quais serão as punições aplicáveis aos diferentes crimes?[...] Serão justos os tormentos e as torturas? Conduzirão ao fim que as penas se propõe? Quais os melhores meios de prevenir os delitos? Serão as mesmas penas igualmente úteis em todos os tempos? Que influencia exercem sobre os costumes? (2001, p.24)

Para o autor, o homem nas sociedades primitivas, vivia em constante temor e guerra, o que não lhe permitia usufruir de sua liberdade plena, então abre mão de uma parcela desta, para desfrutar do que lhe resta em segurança. O uso do poder punitivo estaria então delegado ao Estado constituído. “O Homem só cede parte de sua liberdade por necessidade e apenas na medida suficiente para poder manter o restante” (id.,p20-24).

As penas que ultrapassam a necessidade de conservar o depósito da salvação pública são injustas por sua natureza; e tanto mais justas serão quanto mais sagrada e inviolável for a segurança e maior a liberdade que o soberano conservar aos súditos (idem, p.28).

Encontramos nesta obra de Beccaria, referência à descentralização do poder do Estado, a divisão das competências dos poderes legislativo, executivo e judiciário e afirmação de que apenas quando as leis forem amplamente conhecidas e legitimadas pela sociedade, as violações legais, como a tirania e as arbitrariedades não seriam mais alvos de controvérsia e os cidadão poderiam calcular o custo do delito e assim evitá-lo. As leis deveriam ser escritas com clareza e linguagem acessível aos cidadãos; amplamente divulgadas, para que povo possa discernir entre o certo e o errado e com muita propriedade , isto evitaria muitos delitos.(id.,p. 33-36). Sobre a prisão o autor faz duras críticas ao poder que o magistrado se vale para praticar a vingança pessoal, denuncia as precárias condições das mesmas e que a lei deve ser específica e detalhista nos agentes que possam ou não, enviar um réu à prisão(id.,p.40). No decorrer da obra, Beccaria descreve os procedimentos legais das etapas do processo criminal, e um dos pontos mais efusivos é no que tange a tortura e elabora um dos importantes pressupostos legais sobre a inocência:

Um homem não pode ser considerado culpado antes da sentença do juiz; [...]Eis uma preposição bem simples: ou o delito é certo ou é incerto. Se é certo deve ser punido com a pena fixada pela lei, e a tortura é inútil, pois já não se tem a necessidade das confissões do acusado. Se o delito é incerto, não é hediondo atormentar um inocente? Com efeito, perante às leis é inocente aquele cujo delito não se provou (idem,p.62).

Beccaria, ainda diz que a tortura pode condenar um inocente fraco e deixar impune um culpado que seja robusto e resistente. É um meio onde o inocente tem tudo a perder e o culpado só pode ganhar, que é absurdo tornar um homem acusador de si mesmo através de tormentos físicos, que seus abusos não de veriam ser tolerados no século XVIII. Na relação penas x delitos deve haver uma proporcionalidade conforme o dano que se cause a sociedade, as medidas devem se ajustar a gravidade do delito. Para o autor, as penas “devem ter o rigor suficiente para desviar os homens do crime” (idem, p.65, p.94).

Para o autor o objetivo de toda boa legislação é prevenção ao delito e não o castigo, por cada motivo que leva os homens a cometer um delito, há muitos outros que os levam a ações indiferentes, que só são delitos por que foram concebidas leis ruins. Um método útil de prevenir os delitos está na simplicidade e na clareza das leis produzidas, que se identificam com a nação, que não protegem nenhuma casta nem classe social, que promova a igualdade intelectual. Afastar do “santuário das leis, a própria sombra da corrupção”, para que o depósito da nação seja conservado em sua pureza, confiada ao magistrado. Cita ainda que os tribunais devem ser numerosos para que menos se violem os direitos dos homens; a educação dos homens os torna menos propensos a prática delituosa. (idem, p.190-199). Conclui que de toda a teoria que elaborou, pode-se deduzir um teorema geral muito útil:

É que, para não ser um ato de violência contra o cidadão, a pena deve ser essencialmente pública, pronta, necessária, a menor das penas aplicáveis nas circunstâncias dadas, proporcionada ao delito e determinada pela lei. (idem, p.201)

As propostas de Beccaria, certamente foram um grande avanço no Direito Penal, para a preservação do mais elementar direito humano, a vida. Sua filosofia humanista foi relevante na denúncia e reconhecimento público da tirania do poder concentrado e dissimulado nas mãos de uma justiça corrupta. Podemos encontrar essa filosofia humanista em outros autores da época também, mas o grande mérito de Beccaria está, em nosso entendimento, na linguagem simples e prática que dá ao Direito Penal, tanto que muitos de seus princípios se encontram ainda hoje em várias legislações pelo mundo, inclusive a brasileira, como em nossa Magna Carta:

Da Anterioridade: art. 5º XXXIX ao aduzir que “não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal”. Da Legalidade: art. 5º, inciso II da nossa Carta Magna que assim assevera: “ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei”. Da Responsabilidade Pessoal: art. 5º, XLV , onde consta que “nenhuma pena passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação de perdimento de bens ser, nos termos da lei, estendidos aos sucessores e contra eles executados, até o limite do valor do patrimônio transferido.” Da Proporcionalidade da Pena: art. 5º, incisos XLVI e XLVII da Constituição Federal, por este princípio, a pena a que o criminoso deve submeter-se, deve ser proporcional ao fato realizado. Da Publicidade: art. 5º, inciso LV que “a lei só poderá restringir a publicidade dos atos processuais quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem”. Presunção de Inocência: A Constituição Federal aduz que “ninguém será considerado culpado senão após o trânsito em julgado da sentença penal condenatória” (BRASIL, 1988).

Com todas as ressalvas que temos à aplicabilidade da legislação brasileira, se fossem minimamente cumpridas, a violência que é a pena privativa de liberdade, poderia ser reduzida.

1.2. A escola lombrosiana e a pena

Para Baratta⁴, em sua obra “Criminologia crítica e crítica do direito penal: introdução à sociologia do direito penal” de 1982, a criminologia positivista fundamenta-se em teorias patológicas da criminalidade, seu objeto não é o crime como um conceito jurídico (a violação de um direito, uma lei), mas as características patológicas e biológicas que diferenciam os indivíduos normais dos “sujeitos” criminosos, ou seja, as causas que determinam o comportamento criminoso estariam nessas características, por tanto o sujeito criminoso deveria ser isolado, observado e tratado para corrigir ou modificar seu comportamento patológico.

Lombroso⁵ em seu livro *L'uomo delinquente* , cuja primeira edição é de 1876, considerava o delito como um ente natural, “um fenômeno necessário, como o nascimento, a morte, a concepção”, determinado por causas biológicas de natureza sobretudo hereditária. (BARATTA,1997, p.39).

Ampliando a visão antropológica de Lombroso, focando no “sujeito diferente”, Ferri corrobora Lombroso, mas afirma que o meio social onde esse sujeito estiver inserido é outra determinante, assim como Garófalo que estende essa concepção à patologias psíquicas. Essa tipificação (e segregação) dos sujeitos criminosos é que deve definir a pena a ser aplicada, seja de caráter repressivo e dissuasivo quando atinge o corpo social coibindo e intimidando ou como curativo e reeducativo visando a reintegração do indivíduo à sociedade, o pressuposto é a defesa social. Mesmo a sociologia criminal que se opõe à antropologia criminal, à partir dos anos 30, mantém a direção de análise etiológica (causas), criando um paradigma etiológico: causas/fatores biopsicossociais da criminalidade do sujeito.

⁴ Alessandro Baratta (1933-2002) jurista e sociólogo italiano, considerado um dos mestres da sociologia do direito por suas contribuições ao desenvolvimento da sócio-criminologia do direito penal.

⁵ Cesare Lombroso (1835-1909) , professor universitário e criminologista italiano, tentou relacionar certas características físicas, tais como o tamanho da mandíbula, à psicopatologia criminal, ou a tendência inata de indivíduos sociopatas e com comportamento criminal. Sua teoria foi cientificamente desacreditada, mas Lombroso tinha em mente chamar a atenção para a importância de estudos científicos da mente criminoso, um campo que se tornou conhecido como antropologia criminal. Disponível em < http://www.cerebromente.org.br/n01/frenolog/lombroso_port.htm> acesso em 02 jun 2014.

Os mecanismos seletivos que funcionam nesse sistema, da criação das normas à sua aplicação, cumprem processos de seleção que se desenvolvem na sociedade, e para os quais, como se verá logo, o pertencimento aos diversos estratos sociais é decisivo (BARATTA, id.p.40).

Ainda segundo o autor, as escolas positivistas herdaram da escola clássica a ideologia da defesa social ou do “fim”, que nasce com a revolução burguesa no contexto das transformações econômicas e sociais. Essa ideologia se propaga não apenas entre os representantes do aparato penal penitenciário, mas também ao popular senso comum, embasada em alguns princípios como o da legitimidade socialmente concedida ao do Estado em utilizar a lei, a polícia, a prisão, para conter o crime e punir individualmente os desviantes das normas; de que o delinquente é o agente do mal numa sociedade do bem; da atitude interior do delinquente; da pena não ser tão somente retributiva ao delito, mas um modo de preveni-lo possibilitando a ressocialização do delinquente; de que se a lei e a pena são iguais para todos, então a criminalidade é o comportamento de uma minoria desviante (id.,p.42).

A escola clássica, tem como objeto criminológico o crime e a escola positivista o criminoso, entretanto ambas se utilizam da ideologia da defesa social na sustentação do sistema penal, apenas com argumentações diferentes.

1.3. A prisão e o disciplinamento

“As luzes que descobriram as liberdades inventaram também as disciplinas” (Foucault, 1979).

Foucault⁶ em sua obra clássica “Vigiar e Punir” de 1975 descreve a história do poder punitivo como a história da prisão, com uma investigação profunda das relações de poder do final do século XVIII e das transformações que a “era das luzes” submete à sociedade medieval. Próprio deste período, o suplício dos corpos⁷ era a pena aplicada ao criminoso, através do espetáculo dos patíbulos⁸, adquiriu cunho negativo expondo os espectadores à uma violência e selvageria da qual se pretendia afastá-los, mostrando a frequência dos crimes, transparecendo uma relação muito próxima nas ações do carrasco e do supliciado (Foucault, 2011,p.15).

O assassinato que nos é apresentado como um crime horrível, vemos-lo sendo cometido friamente, sem remorsos (FOUCAULT apud BECCARIA, 2011, p.14)

Segundo o autor, a execução pública da pena no período medieval, tinha uma intenção política de dominação pelo terror, demonstrando ao povo o poder invencível de seu soberano. Os processos são secretos, inquisitoriais, buscando a confissão pela tortura e o acusado não tem informações sobre a acusação e as provas de seu crime, no entanto a execução deve ser pública, pois o objeto da aplicação da pena é o corpo, mas o objetivo é coibir futuros crimes e agitações populares de insubordinação geradas pela sentença do extremo sofrimento arbitrariamente infligido; sendo assim, um ritual de controle social pelo medo (idem,p.33-61).

Para Foucault, a partir da metade do século XVIII , com a saída de cena dos suplícios inicia-se um processo de reforma da justiça criminal que busca uma medida mais “suave” para os castigos, que tenha claro o objetivo de punir e não

⁶ Michel Foucault (1926-1984) foi um filósofo francês que teve grande influencia no pensamento contemporâneo. Autor de diversas obras, entre elas, *Vigiar e punir*, que traz uma análise sobre as origens e os sentidos das práticas e sistemas punitivos da sociedade moderna.

⁷ Os suplícios eram castigos físicos ferozes, torturas e morte, que aconteciam em praças públicas perante o povo, utilizados na era medieval como punição.

⁸ Estrado ou lugar, sobre o qual se aplica a pena de morte aos condenados seja a forca, cadafalso; guilhotina.

mais de vingar do antigo modelo. Muda-se o objeto da ação punitiva do corpo para a alma, e “a certeza de ser punido é o que deve desviar o homem do crime e não mais o abominável teatro.” O contexto social e histórico deste período passa por significativas mudanças, como um crescimento demográfico e o aumento de riquezas e propriedades, que conseqüentemente necessitam de segurança e proteção, pois se torna notória a prevalência de crimes contra a propriedade sobre os crimes violentos (idem, p.74-75).

O desenvolvimento da produção, o aumento das riquezas, uma valorização jurídica e moral maior das relações de propriedade, métodos de vigilância mais rigorosos, um policiamento mais estreito da população, técnicas bem mais ajustadas de descoberta, de captura, de informação: o deslocamento das práticas ilegais é correlato de uma extensão e de um afinamento das práticas punitivas (idem.p.75).

A reforma penal, para o autor, teve o objetivo de descentralizar e generalizar a punição, no que ele chama de “economia do poder de castigar”, apontando que a multiplicidade de interesses e agentes dessa reforma não se baseia em princípios equitativos, mas políticos. Na economia feudal pequenas ilegalidades eram toleradas como direitos de sobrevivência dos mais despojados, por exemplo recolher lenha, o pasto livre, e outras pelos interesses da burguesia. Com o desenvolvimento da sociedade capitalista e o novo estatuto da propriedade, as ilegalidades dos direitos se tornam ilegalidades de bens⁹ e necessitam de punição, então é preciso codificar essas práticas. O sistema penal não é concebido para suprimir as ilegalidades, mas como um instrumento de gestão diferencial destas (idem,p.82-86).

Em suma, a reforma penal nasceu do ponto de junção entre a luta contra o super poder do soberano e a luta contra o infrapoder das ilegalidades conquistadas e toleradas.(idem,p.84)

Ainda segundo Foucault, os efeitos que a punição causa no corpo social importam mais que o dano causado pelo delito, assim um crime “maior”, como um assassinato, por exemplo, pode oferecer menos riscos que um delito menor que

⁹ Há uma redistribuição das ilegalidades correspondente à uma determinada posição de classe. Para as classes populares a ilegalidade dos bens, o roubo, é mais provável, visto estarem despojados de propriedades, esta seria julgada por tribunais ordinários e castigos; para a burguesia as ilegalidades dos direitos, fraudes, evasões fiscais, operações comerciais irregulares, se tornou um campo fecundo, julgadas por instâncias especiais com transações, acomodações e multas atenuadas.(2011,p.84)

abale os alicerces da ordem social estabelecida. Se anteriormente, punir era um ato de vingança, nesse momento de reforma passa a ser a defesa da sociedade. O processo de reforma jurídica do século XVIII, não traz a novidade da função da defesa social que já era usada como justificativa ao direito de punir. A diferença está na economia do poder punitivo que se espera obter; punir apenas o suficiente para impedir sua reprodução.

A pena deve ter efeitos mais intensos naqueles que não cometeram a falta; em suma se pudéssemos ter certeza de que o culpado não poderia recomeçar, bastaria convencer aos outros de que ele fora punido. (idem,p.87)

Essa economia do poder punitivo sob a égide de uma pretensa humanização de sua prática, ainda que centrado em uma figura jurídica, ganha legitimidade com a intervenção dos profissionais técnicos e científicos e seus saberes, (psicólogos, educadores, assistentes sociais) deslocando o exame criminológico do delito para o tratamento patológico do delinquente, retirando dos executores da sentença a personificação do carrasco.(idem,p.28-32). A pena privativa de liberdade reclama para si atribuições terapêuticas e educativas com “tratamento penitenciário”. Entretanto, Foucault diz tratar-se de uma teatralidade convincente, que supõe tirar o caráter vingativo da pena, oferecendo ao condenado uma oportunidade de “curar” sua personalidade doentia e reinseri-lo na sociedade “sadia”, ocultando da sensibilidade coletiva, o castigo silenciosamente exercido em seu nome (Foucault, 2012,p.81-87).

Ao cabo dessa grande liturgia jurídico-pedagógica, os jurados , por fim, aceitam essa coisa imensa: punir, tendo o sentimento de haverem realizado um ato de seguridade e salubridade social, que se tratará o mal enviando o tipo para a prisão, por 20 anos.(idem,p.86)

Para Filho¹⁰ na história da humanidade, desde tempos antigos, encontramos várias referências à prisão, não como pena em si, mas para custodiar os réus até a aplicação da pena de fato. O tempo que o réu ficava detido era indeterminado, podendo durar dias ou anos e as penas em geral eram a morte, a amputação de

¹⁰ Luís Francisco Carvalho Filho, o advogado criminalista e articulista da Folha de S.Paulo, traça um retrato realista do que é o sistema prisional no livro "A Prisão" (Publifolha, 2002).

membros, o açoite, o trabalho forçado, o confisco de bens, entre outros. O encarceramento não era o fim, mas o meio para se consumir a pena. A partir do século XVIII, a prisão como pena privativa da liberdade se torna a alternativa penal ante o declínio moral da pena de morte e se propõe a isolar para recuperar o indivíduo, por essa razão, em geral, seu desenvolvimento é associado ao humanismo (FILHO, 2002,p.21.). Os objetivos da prisão, para o autor, estão vinculados ao referencial teórico de quem as analisa e ao período histórico em que são desenvolvidas. A exemplo disto, cita Foucault em sua visão crítica sobre a mudança de objeto da punição do corpo para a alma, historiadores que citam as prisões eclesiásticas como casas de correção, a perspectiva marxista de controle social de uma classe perigosa, o utilitarismo de Beccaria (1738-94) e sua rejeição aos tormentos físicos, Howard¹¹ (1726-90) e suas propostas de criação de locais especiais para o cumprimento das penas (idem,p.22-23).

Jeremy Bentham, pensador inglês, para Filho, tem fundamental destaque nas mudanças estruturais do sistema prisional, a priori, com sugestões disciplinares rígidas e humilhantes adequadas para a recuperação moral dos delinquentes e sua mais célebre criação arquitetônica, o Panóptico, um edifício circular em torno de uma torre para vigilância. Esse modelo é precursor da análise foucaultiana de uma sociedade panóptica, vigiada e disciplinada (idem,p.24).

As primeiras penitenciárias, segundo o autor, são criadas nos EUA em modelos de isolamento celular total e parcial, ambas com o propósito reformador do caráter defeituoso do delinquente, seja pelo trabalho ou pela religião. A penitenciária se torna então a instituição que irá corrigir as falhas do caráter negligenciadas pelas outras instituições sociais: escola, família, igreja. Na segunda metade do século XIX, a superlotação das penitenciárias, os custos da construção de novas unidades, impulsiona o desenvolvimento de estratégias alternativas ao cumprimento total da pena em cárcere privado, que seria uma progressão dos regimes da pena, creditando uma relativa liberdade ao preso, conforme seu comportamento ou como remissão pelo trabalho realizado, podendo alcançar a liberdade condicional. O fracasso do regime fechado na regeneração do infrator, estimula outras formas de

¹¹ John Howard (1726-1790), que após ser nomeado xerife do condado de Bedfordshire, conhece a prisão de seu condado e decide conhecer a realidade das outras prisões da Inglaterra. É então em 1777 que publica a primeira edição de *The State of Prisons in England and Wales* (tradução livre: As condições das prisões da Inglaterra e Gales)

punição menos severas para delitos menos graves, para além do encarceramento, como a suspensão da pena (sursis), prisão domiciliar, penas alternativas como pagamento de multas, prestação de serviços à comunidade; e instrumentos de vigilância geográfica, como as pulseiras radiotransmissoras (idem,p.25-28).

Mas se a prisão fracassa em sua proposta de reformar o caráter do infrator, se vincula à abusos políticos, é nociva à sociedade pelo ônus que gera , por que ela é a principal forma de punir da sociedade capitalista? A resposta a essa questão é consideravelmente complexa e difícil, entretanto algumas análises conceituam elementos sólidos para uma compreensão sociológica crítica circunscrita na relação capital/trabalho/criminalidade.

Para Foucault (2011,p.125-152) a disciplina¹² tem um papel fundamental na sociedade capitalista emergente, que necessita de uma sujeição ao domínio de sua expansão, tornando os indivíduos dóceis e manipuláveis, com uma política de coerção, que ensina a fazer o que se quer e operar como se quer, dissociando o corpo individual como capacidade produtiva e a vontade pessoal do sujeito sobre a energia do corpo. Essa disciplina ideologicamente imposta se propaga para organização institucional da sociedade.

Devemos ainda nos admirar que a prisão se pareça com as fábricas, com as escolas, com os quartéis, com os hospitais, e todos se pareçam com as prisões? (idem,p.214)

Segundo a ótica de Foucault (1979, p.130-135), vigiar tornou-se mais eficiente e rentável que punir e o exercício do poder penetra na vida cotidiana, particular e subjetiva dos indivíduos atribuindo-lhes a função que o sistema político e econômico da sociedade burguesa necessita. A prisão teria desse modo, o mesmo objetivo das demais instituições organizativas da sociedade capitalista: moldar indivíduos úteis aos seus interesses. A delinquência têm sua utilidade tanto para as ilegalidades de

¹² Foucault estrutura sua análise do conceito de disciplina com princípios de controle das atividades, distribuição dos corpos/espacos, aprendizado, entre outros, são utilizados para estruturar o conceito de disciplina e estes princípios se constituem pelo método de adestramento: vigilância hierárquica, sanção normalizadora e o exame. A vigilância hierárquica submete os indivíduos à uma constante visibilidade, como nas fábricas pelos supervisores, nas escolas, pelos professores; a sanção normalizadora cria normas, leis e regulamentos que orientam os comportamento e ações que podem ser premiadas ou punidas conforme sua adesão e por fim o exame que combina as duas técnicas anteriores para construir um saber científico sobre cada caso e definir a medida do poder a ser exercido. (2011,p.164-181)

interesse da classe burguesa, como para garantir a legitimidade do aparato repressor estatal, “projetado para proteger a sociedade”; portanto a produção de delinquentes, na perspectiva capitalista, ocorre na fábrica/prisão. Com a falácia da ressocialização e estigmatização¹³ dos egressos do sistema prisional, o circuito de produção se completa, garantido o recrutamento constante de mão de obra (o delinquente) para o agrupamento, controle e profissionalização, num determinado espaço (prisão) e produto (a delinquência) para os usos políticos e econômicos da burguesia.

¹³ O autor se refere a um mecanismo que se acionava com a saída da prisão, que tornava o sujeito infame, restando-lhe apenas a opção de voltar a ser delinquente; o trabalho na prisão é também inútil para sua reinserção.

1.4. A punição na contemporaneidade

Nos prima dizer como iniciantes exploradores da vasta complexidade das teorias que buscam justificar a pena, que encontramos em Salo de Carvalho¹⁴ (2001) uma análise profícua sobre os limites e as possibilidades do direito penal. Inscrito no rol da criminologia crítica, Carvalho nos apresenta algumas das vertentes que em dadas conjunturas avançam ou retrocedem no espectro jurídico da sociedade.

A coerção como uma força primordial à ordem jurídica, que está “situada em níveis simbólicos através de diferentes formas de reprovação e/ou exclusão do grupo”(2001,p.115). Da concepção weberiana, nos traz que o Estado, em sua constituição, seria o único a ter direito ao uso da violência, por um poder político legitimado. Citando Norberto Bobbio, que afirma a teoria política está nos modos como esse poder é adquirido, conservado, perdido, e exercitado, e como o cidadão pode dele se proteger. O Estado tem a violência legitimada para proteger a sociedade e se utiliza da punição para manter esse poder, o controle social. Há uma relação simbiótica entre a ciência política e a ciência jurídico penal. Surgem então algumas “teorias da pena”, no intuito de justificar esse direito punitivo confiado ao Estado (CARVALHO,id.,p.116).

Ante a diversidade de interpretações do pacto social e da punição, o autor considera importante traçar um caminho histórico sobre as teorias penais, visto que seria um sincretismo atribuir à uma escola clássica, filósofos que trataram do mesmo tema, sob óticas muito distintas (idem,p.118).

¹⁴ Salo de Carvalho é pesquisador das áreas de Criminologia, Penalologia, Direitos Humanos, Psicologia Social, entre outras. Se inscreve no rol da criminologia crítica, com várias obras publicadas. Formado em Direito , com pós doutorado em Barcelona na Espanha e Bolonha na Itália.

Segundo o autor, a justificação retributivista da pena não se encontra em um manual taliônico¹⁵, mas está presente em modelos penais da antiguidade, onde a ideia é a devolução do mal com o mal, num claro caráter vingativo, da justiça de sangue, remetido a antigas épocas, mas ainda presente na contemporaneidade. A sociedade na modernidade pactua de um contrato social que, ao ser rompido, gera uma dívida a ser paga. Para os cidadãos despossuídos de bens materiais, o único objeto de valor é seu corpo que ele utiliza para o trabalho livre. Então a retirada de sua liberdade é convertida em pagamento e o tempo surge como sanção penal (idem, p.119). Já o pensamento kantiano e hegeliano se opõem entre si: o primeiro não aceita a pena como instrumento de correção moral do homem pelo Estado, mas a aplicação de um mal proporcional ao delito, em parâmetros jurídicos, (uma lei de talião civilizada). E para o segundo, o delito, uma violência contra o ordenamento jurídico, deve ser neutralizado, pois a violência destrói a si mesma.

É em Beccaria que Carvalho afirma encontrar a formulação de uma das “principais vertentes do paradigma contratualista da pena, otimizando os efeitos do aporte teórico filosófico ao jurídico” (id., p.121). Beccaria apresenta os fundamentos e os princípios que organizam o Estado (o conjunto de parcelas de liberdades individuais cedidas). aos limites do poder punitivo do Estado, subordinado aos acordos pré estabelecidos, dão ao mesmo um caráter de protetor do direito de se usufruir da porção de liberdade individual mantida e coletiva acordados no contrato social (idem, p.123). é possível assim como o autor, identificar uma perspectiva utilitarista da direito penal na passagem a uma era iluminada das filosofias racionalistas e humanistas.

No capítulo Dos meios de prevenir crimes desenvolve a máxima ao afirmar que:

É melhor prevenir os crimes do que ter de puni-los; e todo legislador sábio deve procurar antes impedir o mal do que repará-lo, pois uma boa legislação não é senão a arte de proporcionar aos homens o maior bem-estar possível e preservá-los de todos os sofrimentos que se lhes possam causar, segundo o cálculo dos bens e dos males desta vida (BECCARIA, 2001, p. 63)

¹⁵ Referente a lei de talião que consiste na rigorosa reciprocidade do crime e da pena — apropriadamente chamada retaliação. Esta lei é frequentemente expressa pela máxima olho por olho, dente por dente.

Feuerbach¹⁶ desenvolve uma justificativa do modelo intimidatório cientificamente mais elaborada, em que o viés preventivo, sem o recorte educativo e moral, se consiste em ameaça sob uma coesão psicológica social que necessita de um aparelho jurídico e executivo eficiente, que dê por certo a pena aos atos ilícitos perante o infrator e a sociedade, consolidado num simbolismo eficaz. Efetivamente Feuerbach contorna a fusão dos planos moral e do direito, entretanto faz do homem punido um bode expiatório a serviço do poder, que rompe com a ética kantiana que o homem não pode ser um instrumental para o Estado atingir seus objetivos. (CARVALHO apud FEUERBACH, *idem*, p.126). Carvalho cita dois autores que elaboraram críticas a essa justificativa feuerbachiana: para Carrara essa perspectiva, conduziria à um aumento das penas para os delitos, demonstrando positivamente que o culpado não teve medo da punição, instigando o convencimento de será preciso penas mais extensas (*idem*, p.126) e para Radbruch¹⁷ a redução da razão jurídica à razão política ou de Estado, obteria como efeito o 'terrorismo penal'.

¹⁶ Ludwig Andreas Feuerbach (1804 - 1872) foi um filósofo alemão. Feuerbach é reconhecido pela teologia humanista e pela influência que o seu pensamento exerceu sobre Karl Marx.

¹⁷ Gustav Radbruch (1878 - 1949) foi um político, jurista e professor de direito alemão.

1.4.1. A perspectiva política de prevenção social

A criminologia crítica à partir da década de setenta do século XX, seria o marco inaugural da divulgação de uma perspectiva de prevenção política. Segundo Carvalho, os modelos retributivistas e garantistas foram utilizados pela lógica preventiva, coibindo a prática do delito que rompe o contrato social. A análise era relegada ao campo das filosofias, do direito e da política. O discurso penal se funde à premissas naturalistas e as concepções organicistas nas ciências criminais.

Profissionais de outras áreas, fora do âmbito jurídico, médicos, psiquiatras, anatomistas, biólogos, assistentes sociais, antropólogos, sociólogos e pedagogos vem respaldar essa “reforma individual”, descaracterizando a especialidade penal. De caráter determinista, que trata o crime como doença, o “delinquente” é uma disfunção social orgânica de uma sociedade sadia que precisa ser higienizada e a sanção penal terapêutica. Criam-se tipologias que classificam o delinquente, segundo o grau de periculosidade, que facilitam a sanção da pena pelo juiz. O conceito de periculosidade é estigmatizante e contém uma presunção futura da possibilidade de uma reincidência ao crime, caso a “sanção penal terapêutica” falhe, o que contraria o princípio da presunção de inocência.

Ferrajoli¹⁸ faz duras críticas a esse modelo que subjetiva o delito e a pena à anormalidade ou periculosidade do réu, onde só interessam ao direito penal as condutas morais de um homem, para verificar se é culpado de ação ilegal e chama de “monstruosidade jurídica” de uso arbitrário em decisões judiciais. Afirma ainda que usar o aparelho penal de controle social para determinar uma medida de transformação da personalidade “perigosa” de um indivíduo, é típico de sistemas totalitários. Ferrajoli diz que:

Considerar a pena como instrumento curativo ou reeducativo, pressupondo ser o delito uma patologia individual ou social, pressupõe aproximação dos conceitos de natureza (e/ou moral) com o direito. [...] São as mais antiliberais e antigarantistas teorias já concebidas, justificando modelos maximalistas e substancialistas. (idem, p.139-140)

¹⁸ Luigi Ferrajoli (Florença, 1940) é um jurista italiano e um dos principais teóricos do Garantismo.

Zaffaroni¹⁹ diz que o juiz pode facilmente dispensar uma teoria da pena e basear sua atuação nos princípios penais liberais e constitucionais republicanos. Ao professor ou jurista teórico, o desafio é mais complexo, pois como haveriam de lecionar sem uma teoria que reconheça o direito de punir? Para ele, a única justificativa válida da pena, no atual exercício, é a redução dos danos causados por esta, uma limitação do poder punitivo (violência).

Constata-se, pois, uma interação entre a crítica marginal e o modelo garantidor na redefinição das doutrinas penalógicas. Não mais uma teoria justificante do 'direito de punir', mas uma teoria normativa sobre os limites e condições de legitimidade da pena fundadas em fins específicos: diminuição de dor e sofrimento causados pela aplicação da pena; reconhecimento da pena na esfera política; e tutela do pólo débil da relação contra qualquer tipo de vingança emotiva e desproporcional, seja pública ou privada (idem, p.143).

Tobias Barreto²⁰ quando redireciona a questão da pena argumenta que o conceito da pena não é jurídico, mas político. A pena não é um direito, mas um poder legalmente instituído para proteger o indiciado de uma reação violenta, numa contenção da retaliação emotiva e das arbitrariedades do sistema jurídico, de um direito penal máximo. Ainda segundo Carvalho, é o modelo garantista, negando as teorias da pena, que estabelece critérios de limitação do poder penal (idem, p.145).

O garantismo se ocupa em minimizar o sofrimento possível do infrator da lei, rompe com a tradição prevencionista (prevenir o ilícito por correção individual, exemplo ou intimidação coletiva) e defensivista (proteção da sociedade) e recuperando ao direito penal sua função de limitar sanções arbitrárias judiciais e administrativas.

Para o autor há dois significados distintos à indagação do “por que punir?”: - o científico do “por que existe a pena” e o filosófico do “por que ela deve existir” e uma confusão metodológica entre a função descritiva histórica ou sociológica e a motivação jurídica. As teorias retributivistas, absolutistas, utilitaristas, preventivas, entre outras, sugerem um efeito reparador, preventivo, reeducador na pena, mas são apenas discursos descritivos de suas normas e motivações. Entretanto com o garantismo é possível construir “*um modelo minimalista de redução de danos, de uma relação simétrica entre os meios e os fins penais*” (idem, p.148).

¹⁹ Eugenio Raul Zaffaroni é ministro da Suprema Corte Argentina. Ainda, é professor titular e diretor do Departamento de Direito Penal e Criminologia na Universidade de Buenos Aires. Suas teorias são amplamente difundidas no Brasil.

²⁰ Tobias Barreto de Meneses (1839 - 1889) foi um filósofo, poeta, crítico e jurista brasileiro.

Punir é aplicar uma medida de violência, e para que essa medida tenha limites, evitando os abusos e a vingança, deve resguardar o direito do infrator de não ser punido além do razoável, pelo Estado.

[...] seria o escopo deste novo modelo de direito: garantias penais e processuais, de fato, não são mais do que técnicas que têm por objetivo minimizar a violência e o poder punitivo; isto é, reduzir ao máximo a previsão dos crimes, o arbítrio dos juízos e o tormento das penas.(CARVALHO apud FERRAJOLI , idem, p.148)

A fundamentação garantista da pena e o modelo minimalista penal de Ferrajoli, não derruba as construções reformistas da modernidade, mas as reconstrói negando o estado de guerra que a Defesa Social pressupõe, numa direção equivocada que o direito penal tomou, trata-se de primar pela humanidade, pela racionalidade civilizatória, renegando os instintos primitivos, estabelecendo limites e controlando suas manifestações (idem, p.148).

CAPÍTULO 2- O encarceramento em massa na contemporaneidade

“Precisamos teorizar a prisão não como um implemento técnico para o cumprimento da lei, mas como o âmago de poder político, cujo emprego seletivo e agressivo nas regiões inferiores do espaço social viola os ideais da cidadania democrática.”(Wacquant,2009)

2.1 O encarceramento em massa no avanço do Estado neoliberal – O modelo *made in USA* exportado para o mundo.

Resgatamos em Foucault (1975), que a prisão funcionou como um instrumento disciplinar de controle e adestramento das massas, durante o processo histórico da consolidação do sistema capitalista. Entretanto, as novas conjunturas políticas reconfiguram o papel da prisão. Enquanto o Estado de Bem Estar Social da era industrial promovia minimamente os direitos sociais, o sistema penal mantinha um nível “moderado” de encarceramento. Mas a forte crise econômica no início dos anos 60, é remediada com o advento do neoliberalismo²¹ e as políticas do encarceramento em massa.

Loïc Wacquant²², propõe uma análise do neoliberalismo sob a perspectiva sociológica e não apenas a econômica, que reduz a complexidade das relações capitalistas. Em sua obra *As Prisões da Miséria* (2001), mostra como o modelo americano de combate a violência urbana, o “Tolerância Zero”, é exportado aos países europeus, promovidos por discursos ideológicos conservadores de análise e significados sobre o crime, a violência, a justiça, a desigualdade e a responsabilidade individual. Descreve a constituição de uma rede formadora de opinião, com dados maquiados e pesquisas “encomendadas”, para legitimar o desmantelamento do Estado-providência em prol de um Estado-penitência, ou seja, menos ajuda aos pobres e mais rigor punitivo. Entre esses agentes de promoção da

²¹ Podemos definir o neoliberalismo como um conjunto de ideias políticas e econômicas capitalistas que defende a não participação do Estado na economia. O Estado neoliberal delega ao indivíduo a responsabilidade pela posição social que ocupa, reafirmando o conceito meritocrático, de que cada um obtém aquilo pelo qual se esforça.

²² Loïc Wacquant, é um sociólogo francês, professor de sociologia da Universidade da Califórnia em Berkeley e pesquisador do Centro de Sociologia Européia em Paris. Autor de várias obras, entre elas *"As Prisões da Miséria"* (Jorge Zahar, 2001), *"Punir os Pobres - A Nova Gestão da Miséria nos EUA"* (Freitas Bastos Editora, 2001) e *"As Duas Faces do Gueto"* (Boitempo, 2008).

ideologia moralista e conservadora, encontra-se o “polítólogo” de reputação medíocre Charles Murray, contratado pelo Manhattan Institute. Sua obra torna-se um “clássico” sobre ajuda social nos Estados Unidos como responsável pelo empobrecimento da população:

A excessiva generosidade das políticas de ajuda aos mais pobres seria responsável pela escalada da pobreza nos Estados Unidos: ela recompensa a inatividade e induz à degenerescência moral das classes populares, sobretudo essas uniões “ilegítimas” que são a causa última de todos os males das sociedades modernas – entre os quais a “violência urbana”. (WACQUANT, 2001, p.22)

Murray publica em conjunto com o psicólogo de Harvard, Richard Herrnstein, outra obra que considera o QI individual como um fator determinante para a criminalidade, e que por isso, o Estado não deve intervir na redução das desigualdades “naturais”; estigmatiza o território onde estes indivíduos se concentram, como “bairros ruins”. Uma teoria da patologia social e da demonização do gueto negro norte americano. Com esses pressupostos, se instaura o programa de “tolerância zero” que reforça o aparato policial na repressão e controle dos comportamentos “antissociais”, em geral relacionados aos sem-teto e seus “distúrbios delituosos”, como jogo, embriaguez, tráfico, vagabundagem, numa higienização da cidade de Nova York, para satisfazer as classes dominantes. Esse reforço humano e tecnológico da força policial, tem um alto custo financeiro obtido no recuo dos investimentos dos serviços sociais. Apesar da exaltação ao “Tolerância zero”, os índices de violência urbana são iguais aos de San Diego, com custo muito menor, queda nas detenções e nas reclamações contra a polícia, enquanto em Nova York os percentuais de prisão e denúncia de abuso policial, aumentam (idem, p.24-29). Com apoio midiático e institucional, a doutrina do “Tolerância Zero” é exportada para o mundo, com a propaganda duvidosa do seu êxito, com a “gestão policial e judiciária da pobreza”, sendo aplicada em vários países, sempre com a prerrogativa de defender os interesses da sociedade, entretanto ela é o instrumento para punir os que não se enquadrem na didática do capitalismo neoliberal e no conservadorismo ideológico que ergue a bandeira de uma “guerra ao crime”.

Peço aos escoceses que andem de cabeça erguida. Estamos em guerra e será necessário travar uma batalha depois da outra. As pessoas devem reconquistar a rua. Somos tolerantes demais a respeito dos serviços públicos e dos comportamentos de segunda

classe em nossas comunidades. O vandalismo insensato. As pichações e a sujeira desfiguram nossas cidades. A mensagem agora é que esse tipo de comportamento não será mais tolerado. As pessoas têm o direito de ter um lar decente e de viver em uma comunidade decente. Mas são muitas as pessoas que não cumprem mais com suas responsabilidades. (idem,p.31)

A política perversa do tolerância zero que se espalha como uma modalidade de vigilância aos comportamentos, traz ainda um recorte racial, sexista e étnico atingindo brutalmente os jovens homens negros e imigrantes; inflaciona a máquina judiciária com prisões ilegais e sumárias, que agravam ainda mais os precários acessos à justiça para os desprovidos, que vivem à margem do mercado de trabalho. A Inglaterra é convocada, por Murray, a reduzir ao máximo seu Estado-providencia, sob o risco de fomentar o surgimento de uma classe perigosa:

Vê-se assim desenhar-se um franco consenso entre a direita americana mais reacionária e a auto-proclamada vanguarda da “nova esquerda” europeia em torno da ideia segundo a qual os “maus pobres” devem ser capturados pela mão (de ferro)²³ do Estado e seus comportamentos, corrigidos pela reprovação pública e pela intensificação das coerções administrativas e das sanções penais. (idem,p.40)

Esse discurso profetizado e moralista é recebido com entusiasmo pela imprensa britânica que exalta seus êxitos e libera o polido reacionarismo britânico, em artigos como “Impedir os pobres de viver nas nossas costas”, do Guardian, afirmando que o Estado providência deve ser retirado, para salvar a sociedade de um classe perigosa que “semeia a ruína social e desolação moral nas cidades inglesas”(idem,p.41).

Mead²⁴ afirma que o Estado-providencia, não é apenas generoso, mas permissivo, pois não condiciona a ajuda aos pobres ao trabalho obrigatório. A economia de mercado não seria a causa do desemprego, mas a rejeição dos subempregos pelos assistidos, por falta de iniciativa pessoal, sugerindo um recrutamento ao moldes militares dessa população, por um dever cívico e pelo poder de coação política, ou seja, um Estado punitivo “paternalista”. Nos argumentos de Mead, a questão social da pobreza é de responsabilidade individual, gerada pela

²³ Para o autor a mão de ferro do Estado é seu sistema punitivo.

²⁴ Lawrence Mead, autor britânico do livro *Beyond Entitlement: The social Obligations of Citizenship*, que desenvolve a tese do Estado punitivo paternalista.(Wacquat,2001,p.43.)

imoralidade e incompetência dos assistidos pelo Estado que tem por missão, direcionar , dirigir, corrigir a conduta dos mais necessitados e punir as rejeições. Argumento importante, num contexto de precarização e desregulamentação do trabalho. A prisão seria um investimento rentável para a sociedade (idem, p.49).

Assim, a Europa de um modo geral, encontrou no modelo norte americano de programas de “lei e ordem”, exaltação à polícia, aos tribunais e as penitenciárias um instrumento do Estado neoliberal, que abandona a missão da proteção social e econômica da era fordista-keynesiana (WACQUANT,2012,p.13).

Os países importadores dos instrumentos americanos de uma penalidade resolutamente agressiva, adaptada às missões ampliadas que competem às instituições policiais e penitenciárias na sociedade neoliberal avançada – reafirmar a autoridade moral do Estado no momento em que ele próprio é atingido pela impotência econômica, impor ao novo proletariado um salário precário, engaiolar os inúteis e os indesejáveis da ordem social nascente (WACQUANT,2001,p.53).

Todo o ato criminoso é visto pela ótica da responsabilidade individual, desqualificando as análises sociológicas, que segundo a ideologia neoliberal, seriam “desculpas” e incentivos à prática delituosa urbana. Para dar credibilidade à essa teoria, novamente, a mídia e as pesquisas duvidosa, propagam a eficácia da intervenção agressiva do Estado e seu “braço” repressor, diante do aumento da violência juvenil, ignorando as precárias condições de trabalho, de estudo, de reprodução da vida, que esses jovens encontram, classificando-os com perigosos (idem, p.71-65).

A consequência das políticas de um Estado social mínimo e penal máximo, no avanço do neoliberalismo globalizado, expõe a face mais cruel do capitalismo, da concentração da riqueza nas mãos de uma “casta privilegiada” em detrimento da justiça social, do aumento vertiginoso do encarceramento dos indesejáveis e sobrantes da nova ordem social. Wacquant, aponta também, uma extensão horizontal da rede punitiva, dos condenados que estão em liberdade condicional, prisão domiciliar, vigiados por dispositivos técnicos, o uso de tecnologias que permite condensar a vigilância ampliando seu alcance, e aperfeiçoando o controle desse grupo restrito, com exames de laboratório, bancos de DNA e os recursos de informação sobre os detentos e egressos disponibilizados aos empregadores, que os usam como critério de exclusão, que significa que objetivo real da prisão e de

todo o aparato do sistema punitivo, não é nem prevenir o crime, nem a reinserção social, mas :

[...] isolar grupos considerados perigosos e neutralizar seus membros mais disruptivos mediante uma série padronizada de comportamentos e uma gestão aleatória de riscos, que se parecem mais com uma investigação operacional ou reciclagem de “detritos sociais” que com trabalho social. (idem,p.86)

O isolamento desses grupos para potencializar a ação punitiva e a invisibilidade dos miseráveis para os olhos da classe dominante, não ocorre apenas com a prisão, mas num controle, vigilância e estigmatização dos bairros onde vivem, em destaque os negros dos guetos americanos.²⁵ Não é mero acaso o “escurecimento” da população carcerária. Entretanto, segundo o autor, essa política de encarceramento em massa na frente de luta contra a pobreza, têm um custo financeiro muito alto, que acaba sendo contornado com menos investimentos públicos em educação e saúde, (os Estados Unidos têm mais prisões que universidades federais). Para reduzir os custos com os presos, diminuiu-se o nível de vida e serviços no interior das prisões , uma parte dos custos para manter os presos são repassados aos familiares e aos próprios presos, em forma de trabalho não qualificado²⁶ imposto, e o mais recente recurso, a privatização do encarceramento que valorizou as ações da Corrections Corporatin of America, empresa que administra prisões privadas, em 746%, em 1997, por esse viés deturpado, o crime compensa (idem,p.88-92).

O Centro Internacional de Estudos Penitenciários (ICPS) divulgou, em fins de novembro, que mais de 10,2 milhões de pessoas são mantidas em instituições penais em todo o mundo, com base em dados coletados entre setembro de 2011 e setembro de 2013, junto aos órgãos responsáveis pela administração penitenciária em 222 países. Segundo o ICPS, os números não estão completos, pois há nações que não informaram quantas pessoas mantêm presas e outras não levam em consideram na soma de encarcerados as pessoas que aguardam julgamento privadas de liberdade. O Brasil é o quarto colocado no ranking de países com mais pessoas encarceradas (548 mil presos), sendo superado, apenas, por Estados Unidos (2,24

²⁵ A segregação étnica e racial é apontada pelo autor, com destaque em *As Duas Faces do Gueto*. (WACQUANT,2008)

²⁶ Algumas penitenciárias já mantêm o trabalho assalariado a serviço de grandes corporações, como Microsoft, TWA, Boeing e Toys R Us, que eventualmente recorrem a essa mão de obra adicional- na maioria das vezes por meio de subcontratação, para evitar publicidade negativa. (WACQUANT,2008,P.129)

milhões de pessoas), China (1,64 milhão) e Rússia (681,6 mil). Em 15 anos, este foi o décimo relatório produzido pelo ICPS sobre a quantidade de pessoas presas no planeta. Neste período, estimasse que a população carcerária aumentou entre 25% e 30%, percentuais superiores ao do crescimento da quantidade de pessoas no planeta, que foi de cerca de 20%.²⁷

Segundo Wacquant (2012), suas análises ao longo das últimas décadas demonstraram que o crescimento do Estado penal americano e demais sociedades avançadas, responde ao crescimento da insegurança social e não à insegurança criminal; que as mudanças nas políticas assistenciais e judiciais estão interligadas, enquanto o trabalho social em retração e o regime prisional em expansão formam um único dispositivo disciplinador das frações precarizadas da classe trabalhadora pós-industrial e o sistema carcerário ativo, não é um desvio, mas um elemento constitutivo do Estado neoliberal. O autor propõe que para realizar um diagnóstico da invenção de um novo governo da insegurança social, é preciso romper com o círculo vicioso do debate crime e castigo, que trava os debates políticos e acadêmicos sobre o encarceramento; voltar a relacionar bem estar social com políticas penais, pois ambas são instrumentos de governo na gestão social dos pobres, para retirá-los dos programas assistenciais de ajuda, ora empurrando-os para os subempregos, ora colocando-os atrás das grades (idem, 2012,p.14).

Pois em toda parte onde chega a se tornar realidade, a utopia neoliberal carrega em seu bojo, para os mais pobres mas também para todos aqueles que cedo ou tarde são forçados a deixar o setor do emprego protegido, não um acréscimo de liberdade, como clamam seus arautos, mas a redução e até a supressão dessa liberdade, ao cabo de um retrocesso para um paternalismo repressivo de outra época, a do capitalismo selvagem, mas acrescido dessa vez de um Estado punitivo onisciente e onipotente. A “mão invisível” tão cara a Adam Smith²⁸ certamente voltou, mas dessa vez vestida com uma “luva de ferro”. (WACQUANT, 2001, p.151)

²⁷ Disponível em <http://carceraria.org.br/102-milhoes-de-pessoas-estao-presas-em-todo-o-planeta.html> acesso em 16 maio 2014

²⁸ Mão invisível foi um termo introduzido por Adam Smith em "*A Riqueza das nações*" para descrever como numa economia de mercado, apesar da inexistência de uma entidade coordenadora do interesse comunal, a interação dos indivíduos parece resultar numa determinada ordem, como se houvesse uma "mão invisível" que os orientasse. Disponível em <http://www.monitormercantil.com.br/index.php?pagina=Noticias&Noticia=139845> > acesso em 02/07/2014

2.2 - O encarceramento em massa no Brasil

Quando tratamos da sociedade brasileira, cenário da organização política do neoliberalismo, para fortalecer os ideais burgueses em tempos de crise do capital, é de substituição do Estado social pelo Estado penal, a precarização do mundo do trabalho, a desregulamentação dos direitos, o enfraquecimento e desmantelamento das lutas operárias e dos sindicatos. A criminalização dos movimentos sociais e da pobreza, têm um caráter ainda mais perverso do país desigual. Wacquant (2001) reconheceu essa ênfase da penalidade neoliberal nas sociedades, ditas do Segundo Mundo, onde as desigualdades de condições de vida, de oportunidades e os governos antidemocráticos, potencializam a nefasta estratégia de encarceramento em massa. O Brasil tem disparidades sociais extremas, que aliadas à uma “desproteção social”, considerando que nunca tivemos de fato, um *welfare state*²⁹, gera uma grande massa de pobreza criminalizada nos moldes da política do “menos social” e “mais penal”; aumenta consideravelmente a violência criminal e a repressão policial, que não têm efeito refrator na criminalidade, numa economia de subsistência, do furto, do tráfico de drogas, onde a economia oficial não existe. A violência policial inscrita numa cultura secular de controle dos miseráveis, faz da polícia brasileira uma das mais letais do mundo, sob o pretexto de manter a lei e a ordem; atua ferozmente na repressão à qualquer manifestação que ameace a classe dominante e seu status quo. A seletividade da punição neoliberal se evidencia no recorte racial oculto pela penalização geral da pobreza e territorializa a vigilância sobre os pobres, nos subúrbios, nas favelas, onde sabidamente, os negros adolescentes são maioria. Por último e não menos importante, o autor discorre sobre o caótico e apavorante estado das prisões no Brasil, com suas condições sub-humanas, da super lotação, da falácia da ressocialização, das torturas, da violência entre os presos, da ociosidade forçada, da falta de assistência à saúde e à justiça, tornam o modelo *made in USA* da penalidade neoliberal, ainda mais cruel (WACQUANT, 2001, p.7-13).

²⁹ O Estado do Bem-estar também é conhecido por sua denominação em inglês, Welfare State. Os termos servem basicamente para designar o Estado que garante padrões mínimos de educação, saúde, habitação, renda e seguridade social a todos os cidadãos. surgiu após a Segunda Guerra Mundial. Seu desenvolvimento está intimamente relacionado ao processo de industrialização e os problemas sociais gerados a partir dele. Disponível em <http://educacao.uol.com.br/disciplinas/sociologia/estado-do-bem-estar-social-historia-e-crise-do-welfare-state.htm> acesso em 08/06/2014

2.2.1 Retrato dos cárceres brasileiros

Os dados sobre o encarceramento no Brasil refletem nitidamente o perfil traçado dos presos e presas como sendo, a maioria, homens, jovens (18-35 anos), com baixa escolaridades, pobres e negros, tutelados pelo Estado por crimes diretamente relacionados ao patrimônio e ao tráfico de drogas. O gráfico abaixo demonstra o aumento da população carcerária nas últimas décadas. São números oficiais do Depen- Departamento Penitenciário Nacional, até dezembro de 2012. Do total de 548.003 detentos, quase 40% são presos provisórios, pouco mais de 8% são mulheres.

Enquanto os dados do IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, apontam um crescimento da população brasileira entre 1990 e 2010 (20 anos) de 30%, a população carcerária cresceu 471%, 15,7 vezes mais que a população nacional.

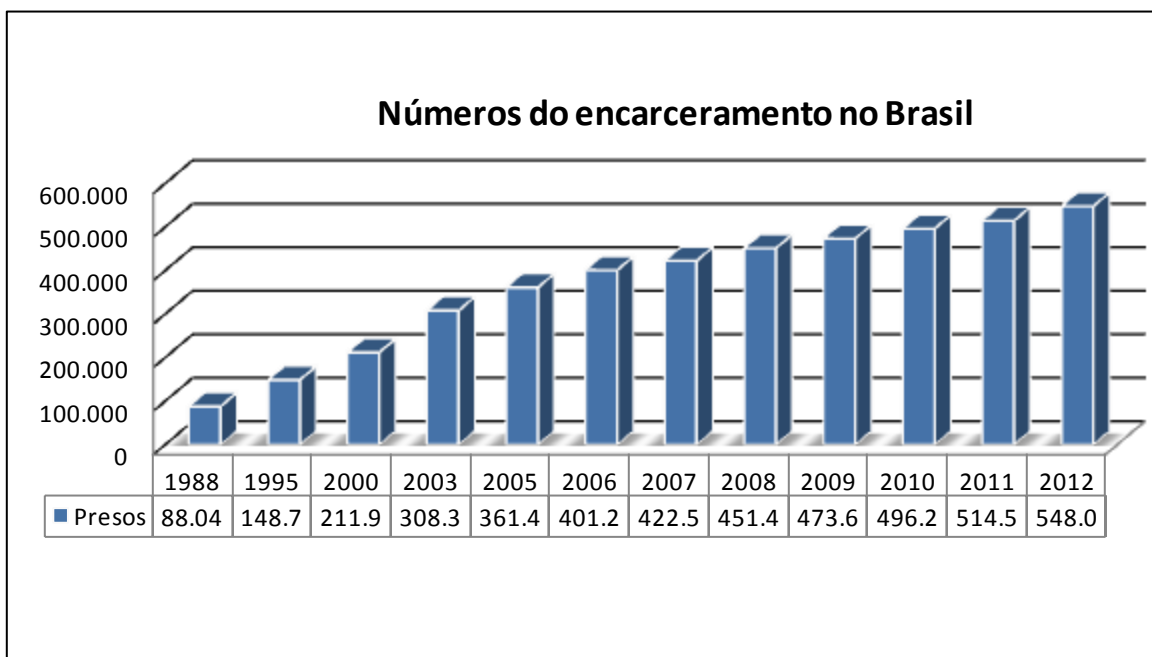


Gráfico 1- dados INFOPEN 2012

O Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas - DMF, divulgou em boletim do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, em junho de 2014, um novo paradigma da

população carcerária, o déficit de vagas e a modificação do percentual de presos provisórios. O sistema penal brasileiro, considerando ainda os 148.000 presos em regime domiciliar, a terceira maior população carcerária do mundo. Se fossem cumpridos todos os mandados de prisão em aberto, seriam mais de um milhão de pessoas superlotando os cárceres brasileiros. O déficit de vagas dos que estão sob tutela do Estado, expõe o quadro estarrecedor da superlotação, dos presos amontoados em verdadeiros depósitos humanos, com total descaso dos serviços de saúde, jurídicos, assistenciais, que evidentemente leva à uma convivência tensa e marcada por ações violentas e rebeliões reprimidas pela força letal do braço repressor do Estado, a polícia militar, como o caso do massacre do Carandiru³⁰; assim como a violência interna, como as recentes decapitações no presídio de Pedrinhas³¹.

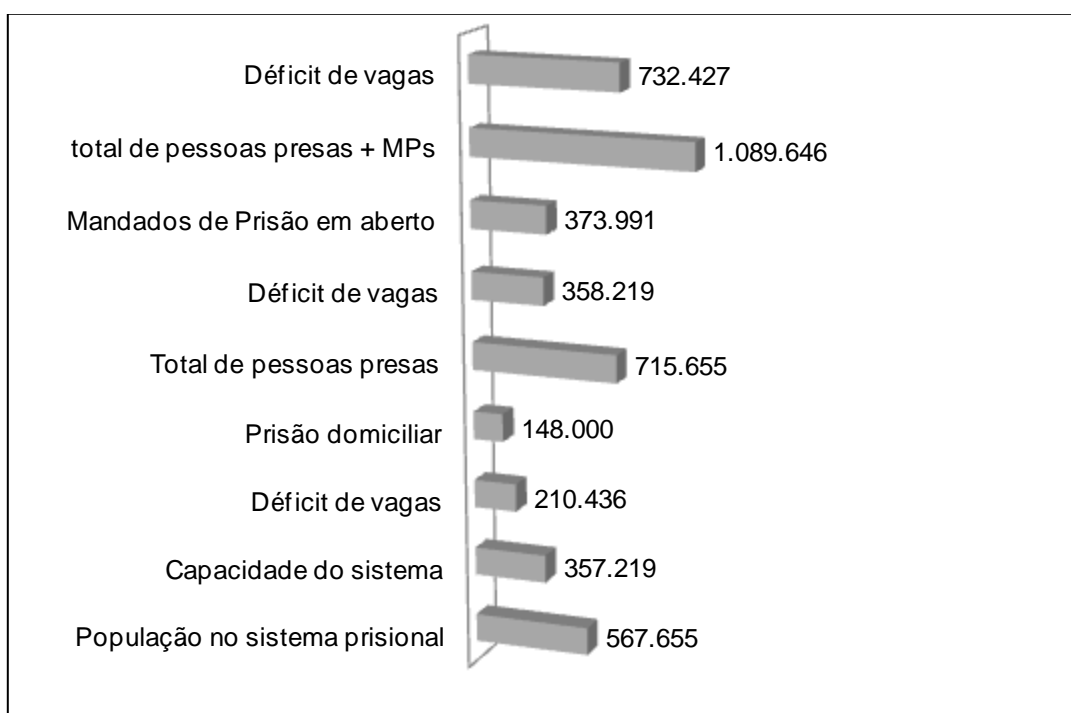


Gráfico 2- dados INFOPEN 2012

³⁰ Casa de Detenção de São Paulo ou *Carandiru* foi uma penitenciária localizada na zona norte no bairro homônimo da Cidade de São Paulo, inaugurado na década de 20. Em 02 de outubro de 1992, nas vésperas das eleições para prefeito aconteceu o maior massacre em uma prisão. Uma ação que não seguiu nenhum planejamento prévio e deixou 111 presos mortos. Disponível em <acessajuventude.webnode.com.br/historia-do-carandiru/> acesso em 09/06/2014

³¹ Complexo Penitenciário de Pedrinhas em São Luís (MA), foi destaque nos noticiários de 2013 pelas mortes de detentos, barbaramente assassinados e várias denúncias de violações de direitos humanos.

Segundo Heidi Ann Cerneka, membro da Pastoral Carcerária, só o estado de São Paulo teria que construir 93 presídios para acabar com a superlotação. O medo propagado pela mídia que leva a população a pedir respostas mais duras do Estado no combate à criminalidade, amplia os investimentos “paliativos” do governo federal na estrutura do sistema prisional, ao invés de investir em políticas de empregos, moradia, educação, alternativas penais para reduzir a superlotação, e não construir mais prisões (CERNEKA *in* PUCVIVA39, p.10-11).

Outro dado importante é a média de idade dos detentos, mais de 50% tem menos de 30 anos e a maior proporção está entre 18 e 24 anos. Uma população em idade produtiva, que por ficar à margem do mercado formal de trabalho, é produtora e produto da delinquência. Produtora pois se insere no pequeno comércio ilegal de drogas, muitas vezes sua única opção de renda, que sendo ilegal é crime, mas se esta população sofre o abandono social do Estado, ela é também produto desse ciclo criminalizante que estimula o medo social pela mídia, legitimando as ações repressoras do Estado. Um ciclo completo.

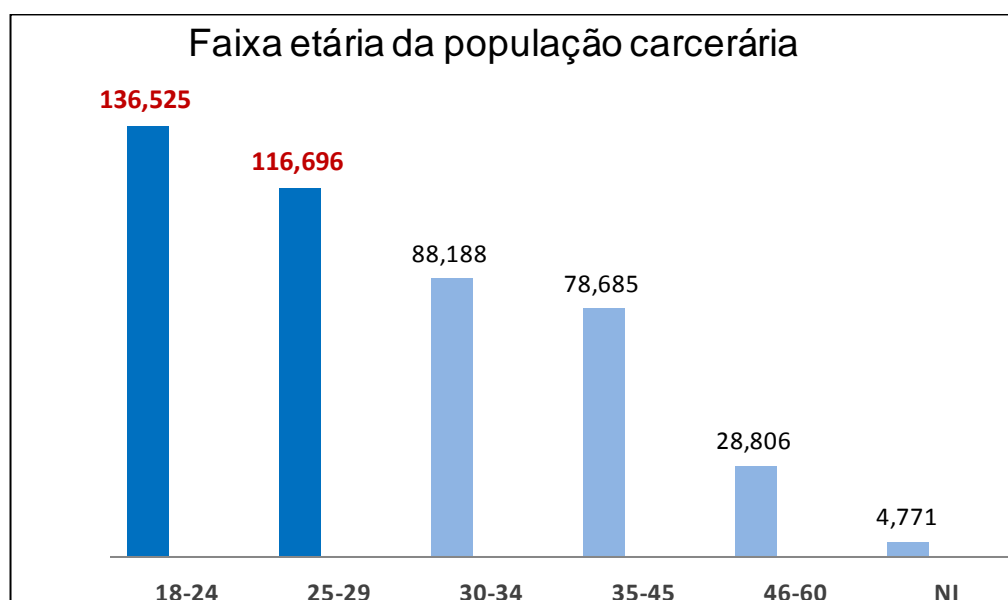


Gráfico 3-dados INFOPEN 2012

Os dados apontam uma predominância da população negra nas prisões. A questão do racismo está intrinsecamente ligada à construção da sociedade brasileira. Mesmo com políticas de cotas e a lei 7716/89 contra os preconceitos de

raça e cor, o racismo dito “velado” no Brasil é, ainda, uma realidade. Somados negros e pardos, são mais de 59% dos presos, lembrando que esses dados são obtidos por auto declaração e numa sociedade tão miscigenada como a brasileira, é complexo definir a cor de pele nos presídios. Não por coincidência esta é a cor predominante também dos moradores das favelas, dos desempregados, da população mais atingida pela criminalização da pobreza, pela propagação de um “medo” dessa “classe perigosa”, que “deve ser controlada” e reprimida ferozmente pelo Estado, para manter a ordem da sociedade capitalista burguesa. Vera Malaguti Batista (2011) faz uma análise sobre a difusão desse medo como estratégias das elites para o controle social, que está associado à nossa formação histórica na passagem do período escravagista para o industrial, das revoltas e insurreições populares, dos ex escravos, abandonados à própria sorte. Este medo perpetuado pelas elites é intencionalmente usado para legitimar a violência contra essas “classes perigosas”

No Brasil a difusão do medo do caos e da desordem tem sempre servido para detonar estratégias de neutralização e disciplinamento planejado das massas empobrecidas. O ordenamento introduzido pela escravidão na formação socioeconômica sofre diversos abalos a qualquer ameaça de insurreição. O fim da escravidão e a implantação da República (fenômenos quase que concomitantes) não romperam jamais com aquele ordenamento. Nem do ponto de vista socioeconômico, nem do cultural. Daí as consecutivas ondas de medo da rebelião negra, da descida dos morros. Elas são necessárias para a implantação das políticas de lei e ordem. A massa negra, escrava ou liberta, se transforma num gigantesco Zumbi que assombra a civilização (FAUSTINO apud MALAGUTI, PUC VIVA39, p.23)

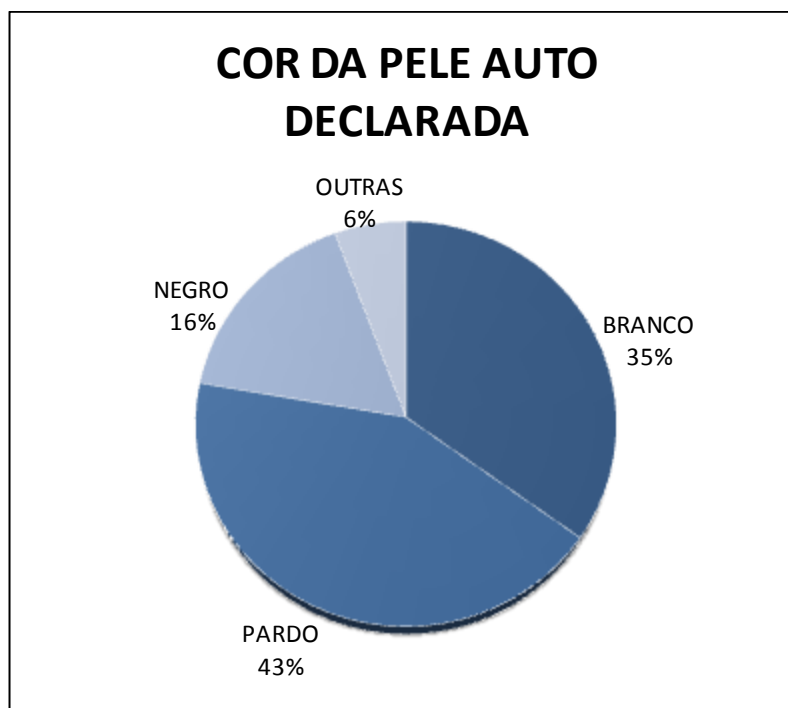


Gráfico 4-dados INFOPEN 2012

A escolaridade da população carcerária identifica outro fator predominante do abandono das políticas públicas de educação e da marginalização dessa população, com a baixa escolaridade e o analfabetismo funcional, considerando as precárias condições das escolas públicas e a falta de investimento social para manter os jovens na escola, seja para concluir o ensino fundamental, médio, ou para oportunizar o ingresso em nível superior de formação. Certamente é mais fácil controlar uma massa despreparada intelectualmente, e subjetivar suas tendências ao delito, culpabilizando e individualizando os sujeitos por sua condição social, sem falar no “poder” que ameaça o status quo do sistema. Em uma carta de um presidiário contatamos que saber escrever lhe concede certa “coragem” de denunciar maus tratos e expressar seu desejo de estudar³².

³² Anexo 1

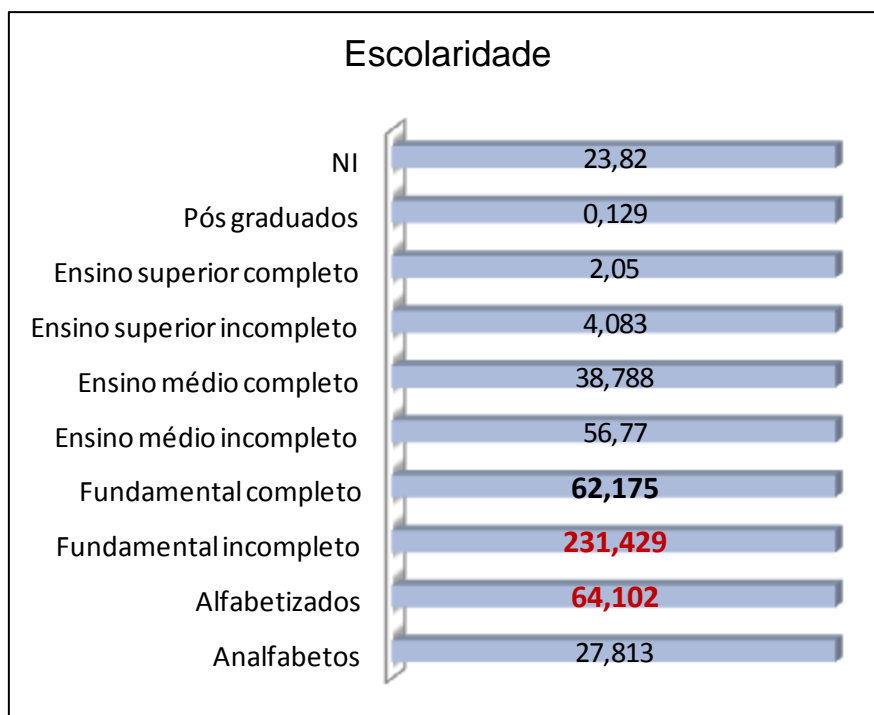


Gráfico 5 – dados INFOPEN 2012

Com esses dados, retificamos o perfil majoritariamente de homens, jovens, negros, com baixa escolaridade, que em conjunto com a discriminação racial e a criminalização da pobreza, contribuem para a categorização dos crimes cometidos, que são contra o patrimônio 44% (que computam desde dos assaltos aos mais frequentes pequenos furtos); 23% crimes de entorpecentes (tráfico de drogas). e desarmamento 5%, ações que estão estreitamente relacionadas entre si. Grande parte das prisões são executadas pela famigerada “guerra às drogas” e pela higienização social das cidades, contraditariamente, essas prisões não diminuem a incidência de venda e consumo de drogas, tão pouco os índices de violência urbana³³ que são , em nossa análise, manifestação da Questão Social³⁴.

³³ Prisão Provisória e Lei de Drogas: um estudo sobre os flagrantes de tráfico de drogas na cidade de São Paulo (2011). Disponível em:< <http://www.nevusp.org/downloads/down254.pdf>>acesso em 03/07/2014

³⁴ A Questão Social é conjunto de várias expressões da desigualdade da sociedade capitalista, entre elas está o pauperismo de uma parte da classe trabalhadora, que é segregada e violada em seus direitos mais elementares, forçados a buscar alternativas de renda ; são alvos da criminalização da miséria.

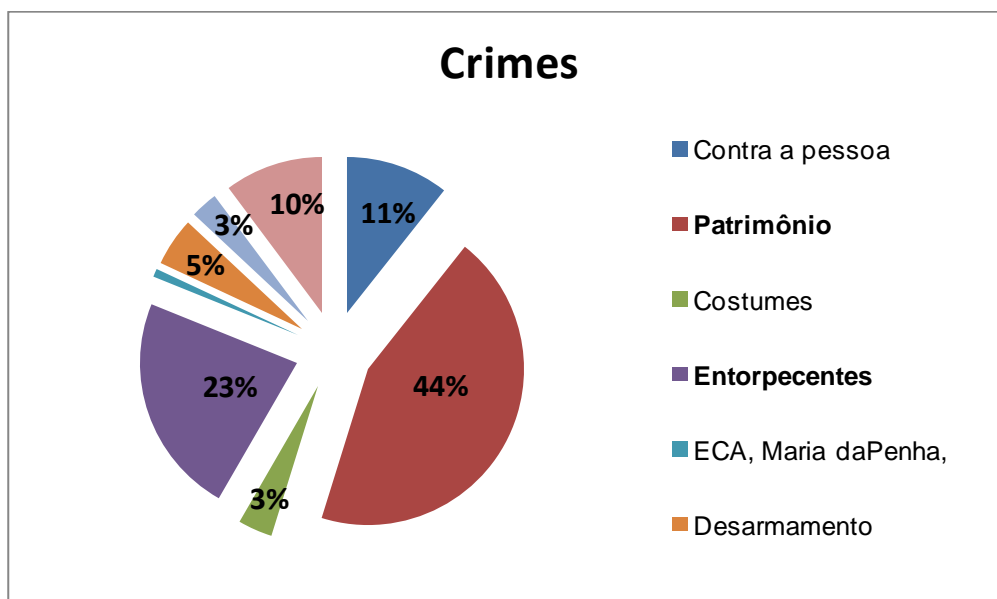


Gráfico 6- dados INFOPEN 2012

A questão das drogas tem sido apresentada na mídia como o maior flagelo da humanidade, a causa principal dos crimes e da violência. Não negamos o mal que elas podem causar, mas o modo como é combatida (ou não). É sempre pelo viés judicial, criminal, quando muito no tratamento forçado higienista das ruas, na mesma onda punitiva dos crimes cometidos pelas classes empobrecidas. Houve um aumento de 124 % de prisões por tráfico de drogas entre 2006 e 2010, mas raramente de grandes traficantes. Um dos fatores determinantes desse aumento foi a Lei nº 11.343/06 que institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – Sisnad, que prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências.

Além dos aspectos legais, temos que considerar que há um aumento no mercado de drogas, pois com mais consumidores há mais tráfico, mais repressão e prisões arbitrárias de usuários, que distorcem os aspectos positivos da lei no tocante

ao tratamento e a prevenção ao uso³⁵, o que acaba por gerar uma grande massa de jovens, primários, com passagem pela polícia, registros criminais e com os estigmas produzidos pela prisão, pois fica relegada à abordagem policial a definição do crime, se porte para tráfico ou uso, com vigilância seletiva, patrulhamento de rua, que não combate de fato o tráfico, mas sim o mercado informal paralelo, ademais não se limita aos policiais essa seletividade, mas aos agentes da lei também. Pesquisa realizada pelo Núcleo de Estudos da Violência- NEV/USP, comprovam que:

A diferença de tratamento conferido aos diferentes “tipos” de réus: ao morador de rua, postando 8,5 g de maconha, a certeza da culpa; aos jovens universitários, com 475 g de maconha, o privilégio da dúvida. (HILDEBRAND,2010)

Há uma preocupação da liberdade dos juízes ao aplicar uma sentença punitiva, nos complexos casos do tráfico, se por um lado é vantagem pois pode garantir uma certa segurança ao acusado, no critério de aplicação legal, pode ser também um risco diante de uma interpretação subjetiva, de valor moral pessoal, da intransigência que reside no enfrentamento de uma “ditadura do judiciário” (HILDEBRAND *in* PUCVIVA 39,2010, p.72-74).

O Estado brasileiro, punitivo neoliberal, segue a corrente global das estratégias do capital para adaptar a extração do lucro e da acumulação da riqueza na estruturação da ordem do sistema capitalista burguês. O caráter reacionário das intervenções estatais com o recuo do Estado social e o avanço de um Estado penal, acarreta em constantes violações dos direitos humanos; no extermínio da juventude negra e no controle policial e penal da miséria, em detrimentos de investimentos em políticas públicas que promovam a redução das desigualdades sociais. Em dezembro de 2010, o Seminário Encarceramento em massa: Símbolo do Estado Penal, organizado pelo Tribunal Popular: O Estado Brasileiro no Banco dos Réus³⁶.

³⁵ Lei nº11.343/06, Título III -Das Atividades de Prevenção do uso Indevido, Atenção e Reinserção Social de Usuários e Dependentes de Drogas - Capítulo I Da Prevenção E Capítulo II Das Atividades de Atenção e de Reinserção Social de Usuários ou Dependentes de Drogas.

³⁶ Tribunal Popular: O Estado Brasileiro no Banco dos Réus é uma rede de organizações que se constituiu em 2008 no contexto do aniversário de 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, para discutir e refletir acerca das constantes violações aos direitos humanos cometidas pelo Estado brasileiro. O grau de ofensas constatadas, fundamentalmente voltadas à população negra e pobre (fazendo ressaltar o caráter repressivo do Estado), fez com que se criasse essa rede cujo papel é fazer denúncias e articulações para realizar um combate permanente às violações sofridas pelas

Importa ressaltar que durante esse seminário o debate sobre o encarceramento, enfatizou como o neoliberalismo vem produzindo uma onda punitiva que arrasta milhares de brasileiros ao confinamento e vigilância policial, seja atrás dos muros das prisões ou nas comunidades estigmatizadas. As violações de direitos humanos institucionalizadas e a violência policial, atigem de forma segregatória uma população específica, historicamente marginalizada e tem na mídia o seu instrumento mais potente, que cultua um medo social legitimador de suas ações repressivas e punitivas. A violência urbana usada como justificativa para o encarceramento, ignora toda a complexidade das relações capital X trabalho e fortalece a ideologia da classe dominante burguesa, de seus valores, tidos como universais, impostos à uma população que não encontra nas políticas do Estado, alternativas que possam lhes inserir na dinâmica capitalista, até por que , sabemos que é dessa dinâmica que a violência urbana se alimenta e se reproduz. A resposta imediata aos flagelos do desamparo público, do desemprego, do tráfico de drogas como única opção de renda para muitos, é sempre a prisão.

Com a escalada da criminalidade concomitante ao aumento da pobreza, atrelada à cultura autoritária institucionalizada no período militar, ressurgiu a velha representação da direta associação entre pobreza e criminalidade. Estamos pois diante da moderna criminalização da pobreza. (TOLEDO *in* PUCVIVA 39, 2010, p.37)

O superencarceramento nas prisões brasileiras, tem o agravante das precárias, isso quando existem, condições mínimas de convivência, assistência à saúde, jurídica e o falacioso projeto de reinserção social e “tratamento penitenciário”. É muito fácil perceber, ao ler o enunciado do tratamento penitenciário³⁷ que se de fato fosse minimamente aplicado, as queixas e denúncias de violações aos direitos humanos seriam muito menos frequentes; entretanto é difícil acreditar em uma “proposta” de um tratamento digno e humano aos detentos, que não é sequer promovido fora das prisões. É fantasiosa a ideia de que o preso só não se recupera por que não quer, pois teria, teoricamente, oportunidades reais de capacitação profissional e estando sob a tutela do Estado, teria todo o tempo livre para escolher

populações em situação de maior vulnerabilidade política, econômica e social (*in* PUCVIVA 39, 2010).

³⁷ Anexo 2

mudar de vida. As consequências da institucionalização, segundo Torres (2010), atendem à vários interesses políticos, sociais, econômicos e ideológicos, entre eles, a indústria do medo social alimentando o mercado da segurança privada e suas tecnologias, o conservadorismo social, o recrudescimento penal e o encarceramento como poder do judiciário, as empreiteiras públicas e seus serviços privados para construir e manter presídios, entre outros.. A desassistência e as condições subhumanas dos presídios brasileiros, fazem do encarceramento uma sobrepena. Além do abandono social aos que estão privados de seu direito de ir e vir, outro agravante apontado ainda por Torres são as organizações criminosas dentro dos presídios, que muitas vezes fazem o papel do Estado ao atender necessidades básicas e imediatas dos detentos e suas famílias, com remédios, aluguel, alimentação, segurança. A falácia da ressocialização é um consenso entre a grande parte dos que estudam a prisão, serve apenas para maquiar o sentido mais profundo da punição (além do desejo de vingança):

As prisões brasileiras encarceram os que a desigualdade produzida pela sociedade capitalista exclui. A prisão nada mais é do que a inclusão de um sujeito que é condenado, mas é fadado a sua desumanização. Trata-se de um engodo social a proposta dos “res”. A prisão é o local mais desfavorável em condições de “recuperar” alguém para a suposta sociedade harmônica e justa para todos (TORRES *in* PUCVIVA 39, 2010, p.44-46).

Ainda em relação à falácia das “res” (ressocializar, reintegrar, reinserir, reeducar...), a lei nº 12.433 de 29 de junho de 2011, que altera a lei nº 7.210 (Lei de Execução Penal) rege que: “Art. 126. O condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semiaberto poderá remir, por trabalho ou por estudo, parte do tempo de execução da pena.” Dados do Infopen demonstram que menos de 20% dos presos trabalham e apenas 8,6% estudam, em uma complexa gama de fatores que limita o acesso à esse benefício, mas nos atemos apenas a algumas: qual o interesse em se manter uma população encarcerada e ainda as altas taxas de reincidência? O retorno desses sujeitos, que saem da prisão em condições sociais e psicológicas piores do que quando entraram determina o estigma do egresso no qual não se deposita nenhuma confiança nem oportunidade mesmo com a “teoria” da reinserção e a condição de estar institucionalizado.

A prisão surgiu como uma necessidade do sistema capitalista, como um instrumento eficaz para o controle e a manutenção desse sistema. Há um nexó histórico muito estreito entre o cárcere e a fábrica. A instituição carcerária, que nasceu junto com a sociedade capitalista, tem servido como instrumento para reproduzir a desigualdade e não para obter a ressocialização do delinquente. A verdadeira função e natureza da prisão está condicionada a sua origem histórica de instrumento assegurador da desigualdade social [...] O sistema penal facilita a manutenção da estrutura vertical da sociedade, impedindo a integração das classes baixas, submetendo-as a um processo de marginalização [...] A estigmatização e o etiquetamento que sofre o delinquente com sua condenação, tornam muito pouco provável sua reabilitação (BITENCOURT apud BARATTA, 2009).

CAPÍTULO 3 - A Pesquisa na mídia brasileira: as abordagens sobre penas e punições.

Para realizarmos nossa análise em relação à onda punitiva brasileira, realizamos pesquisa na internet em vários canais de exibição como redes sociais, sites de imprensa, blogs de jornalistas/colunistas, canais de televisão e vídeo. Focamos em temas específicos que foram destaque em 2013/2014 que se mostraram relevantes à nossa análise e elegemos as seguintes categorias de análise na mídia brasileira a respeito de penas e punições na sociedade brasileira

- 1) Avaliar a linguagem usada, falada , escrita ou visual, identificando as possíveis intencionalidades.
- 2) Avaliar a relação dos conteúdo das matérias com estudos, pesquisas e a legislação.
- 3) Análise qualitativa de dados quantitativos

3.1- Dados e análise crítica da pesquisa

3.1.1 – Maioridade penal: o mito da impunidade

Os canais de televisão brasileira, em especial as mais populares TVs de canais abertos, que têm maior alcance de público, com Rede Globo, Sistema Brasileiro de Televisão, Rede Record e Rede Bandeirantes exibem diariamente em seus telejornais notícias sobre crimes de toda natureza. Quanto mais hediondos forem esses crimes, mais exposição, exploração do tema e sempre que suspeitos ou acusados forem sujeitos com menos de 18 anos, há uma ênfase na apresentação do “menor” , com ares de indignação sobre a suposta impunidade a este, ou a leveza de sua punição, que não seria compatível com o crime cometido. Cada emissora disputa a audiência televisiva com programas policiais, sensacionalistas, com apresentadores que se auto pronunciam como “voz do povo”, vociferando contra os “monstros” que o ECA- Estatuto da Criança e Adolescente protege, contra os Direitos Humanos que só defendem bandidos; enfatizam a impunidade ou brandura das medidas sócio educativas e como porta vozes da

nação pedem a redução da maioria penal . Mostram e exploram cenas terríveis, dão detalhes dos “requintes de crueldade”, ou seja, tentam reproduzir todo o horror do crime para justificar penas mais severas, quando não apelam para uma espécie de “suplício moderno”, para equiparar a pena ao crime, transformam a violência em espetáculo. O programa Brasil Urgente, apresentado pelo comunicador José Luiz Datena, é o programa de maior audiência da Rede Bandeirantes . O programa Alerta, do âncora Marcelo Rezende, é o carro-chefe da Rede Record. O tema da maioria penal foi abordado nesses programas em 2013, trazendo entrevistas de “especialistas” e convidados políticos, quase sempre os favoráveis a redução da maioria .

A aprovação da redução da maioria penal parecia certa e inevitável mas não foi aprovada pela Comissão do Senado, rejeitada numa votação apertada de 11 votos a 8, mantêm-se pulsante nas pautas políticas e midiáticas. Com a era da tecnologia da internet, a propagação do tema, principalmente com vídeos do canal Youtube, Blogs e Redes Sociais como o Facebook têm grande alcance e permanência, pois fica na rede virtual e é acessado pelos usuários a qualquer momento e nem sempre é feita a relação de contexto e história, ou seja, postagens de matérias antigas são reproduzidas e repassadas pelos usuários, sem critério de avaliação. A exemplo disto, postagens como o “bolsa prisão” são recorrentes, mesmo com a divulgação virtual informando tratar-se de um benefício da Previdência Social, ele é atribuído as políticas de governo e equiparado ao Bolsa Família, em tempo, os “bolsa isto e aquilo” inundam as páginas do facebook, uma das mais populares redes sociais, seja por desinformação política ou com intencionalidade desta, propagando a ideologia burguesa neoliberal de que a proteção social é a causa da pobreza.

Obviamente o debate acontece entre favoráveis e opositores, no entanto a concentração do poder econômico em mídias de grande alcance, favorece a disseminação dos interesses ideológicos, políticos, sociais e econômicos da classe dominante.

Ao pesquisar o tema da maioria penal encontramos incontáveis matérias nas mídias mais populares, em sua maioria a favor da redução da maioria penal, seja explorando o debate, seja enfatizando a participação de “menores” (sempre com conotação pejorativa) em crimes hediondos. Quando o debate de opiniões contrárias acontece é para desqualificar os defensores da atual legislação do

Estatuto da Criança e Adolescente. Debates menos tendenciosos, são encontrados em mídias alternativas de menor alcance popular, de canais restritos. Para ilustrar nossa análise, elegemos três matérias em mídias mais populares e uma em mídia alternativa.

Pesquisa realizada pelo Instituto Datafolha em 15 de abril de 2013, na cidade de São Paulo, tem sido amplamente divulgada pela mídia conservadora, mesmo após a rejeição da proposta pelo Senado Federal, claramente no intuito de manter o tema em pauta e demonstrar que o Senado ignorou o anseio popular :

Blog

Reinaldo Azevedo

Análises políticas em um dos blogs mais acessados do Brasil

93% dos paulistanos querem redução da maioridade penal

Na Folha:

Se dependesse apenas dos paulistanos, a maioridade penal no Brasil, que hoje é de 18 anos, seria reduzida para 16. Pesquisa Datafolha mostra que 93% dos moradores da capital paulista concordam com a diminuição da idade em que uma pessoa deve responder criminalmente por seus atos. Outros 6% são contra, e 1% não soube responder. Os pesquisadores ouviram anteontem 600 pessoas. A margem de erro é de quatro pontos (para mais ou menos). Em consultas anteriores, em 2003 e 2006, a aprovação à medida pelos moradores da cidade foi de 83% e 88%, respectivamente – a margem de erro era de dois pontos.

Sobre a idade a partir da qual um adolescente deveria passar a ser responsabilizado criminalmente, parte dos entrevistados, em respostas espontâneas (sem haver opções no questionário), defende que menores de 16 anos sejam enquadrados. Para 35%, jovens de 13 a 15 anos deveriam ser considerados pela lei como adultos. Para 9%, até menores de 13 anos deveriam ter esse tratamento. Quando é dada a opção de escolher o que seria mais eficaz para reduzir a criminalidade, há divisão: 42% dizem que seria ideal criar políticas públicas mais eficientes para jovens. Outros 52% afirmam que a redução da maioridade penal já implicaria na melhoria dos índices criminais. Há ainda 5% que acreditam que ambas as medidas são necessárias.³⁸

Mídia 1

Num país de dimensões continentais e diferenças culturais, sociais tão díspares quanto o Brasil, a publicação já se inicia com um preconceito bairristico e um “lavar as mãos” na afirmativa que se dependesse “apenas” dos paulistanos a Proposta de Emenda Constitucional teria sido aprovada. O autor do blog é colunista da Revista Veja, que tem em seu editorial a tendência a privilegiar os temas políticos e sociais sob a ótica da elite conservadora e reacionária brasileira. Consideramos

³⁸ Disponível em <<http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/93-dos-paulistanos-querem-reducao-da-maioridade-penal/>> 17/04/2013

também importante o uso dos espaços públicos, como as estações de metrô, pontos de ônibus, bancas de revista, para a fixação da propaganda publicitária de seu editorial, com destaque aos títulos e imagens capazes de atingir o maior número de pessoas, sejam ou não leitores de sua publicação, ampliando o alcance ideológico.

Afirmar que adolescentes com menos de 18 anos não “respondem criminalmente por seus atos” passa a mensagem de que eles estão livres para cometer todos os crimes que desejarem ou para os quais forem recrutados, com a crítica da inimputabilidade³⁹ e das brandas medidas sócio educativas do ECA.

Segundo Mendez, em “Adolescentes em Conflito com a Lei Penal” e Infância e Cidadania na América Latina, o rebaixamento da maioridade penal está circunscrito ao âmbito do “retributivismo hipócrita” pelo qual a sociedade clama pela exacerbação da punição, instituindo radicalmente as sanções penais, como a pena de morte, a prisão perpétua, a própria redução da maioridade penal e outras. Esse pensamento só tende a agravar ainda mais a situação dos adolescentes, que mais cedo poderão vir a adentrar no sistema penal do adulto (SILVA, 2011, p.159).

Além disso a publicação do blog corrobora os dados com pesquisas anteriores, reforçando o caráter de negligência do Estado, que não atende a demanda popular. A espontaneidade dos entrevistados enfatizada no texto, nos leva a concluir que a proposta da redução da maioridade penal é uma consequência natural e inevitável, diante da propagandeada criminalidade juvenil. Ao usar o termo “enquadrado”, tende à crença de que não há responsabilização pelos atos infracionais cometidos por adolescentes menores de 18 anos.

Outro ponto de destaque para esse debate se refere à seletividade do sistema penal. Ressalto que apesar de falar em “sistema penal”, segundo a legislação vigente pessoas menores de 18 anos são inimputáveis penalmente, quer dizer, não podem ser alcançadas pela legislação penal comum, o que não significa, em hipótese alguma, impunidade. Adolescentes são responsabilizados/as nos termos de normativa especial, quer seja o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90). Adolescentes que cometem ato infracional- conduta descrita como crime ou contravenção penal – estão sujeitos/as a um sistema de sancionamento específico previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente, que é de caráter pedagógico na sua concepção, mas retributivo em sua forma(Saraiva,2002).Desta sorte, o que é

³⁹ Em Direito, chama-se de imputabilidade penal a capacidade que tem a pessoa que praticou certo ato, definido como crime, de entender o que está fazendo e de poder determinar se, de acordo com esse entendimento, será ou não legalmente punida. Disponível em <<http://www.valorjuridico.com.br/>> acesso em 01/07/2014

definido como penalmente proibido para o/a adulto/a é também para o/a adolescente, estando estes, sob a mesma égide de instrumento legal especial, sujeitos aos agentes formais de controle social do Estado (ARRUDA in PUCVIVA 39,2010, p.64).

Magno Malta inflama Brasil Urgente com redução da maioria penal

Publicado em 20 Fevereiro 2014.

Entrevistado pelo apresentador José Luiz Datena, do Brasil Urgente, da Rede Bandeirantes, senador Magno Malta (PR/ES) alcançou o maior índice de audiência nacional com a pauta factual da redução da maioria penal. “Os políticos que já vetaram seis projetos para punir menores infratores estão vivendo no país de Alice e pagarão uma conta alta com a população”, denunciou Malta. Datena foi mais longe e disse que os políticos estão jogando contra o povo”. A internet massificou para o mundo e muitos internautas interagiram com a reportagem. Magno Malta cumpriu o que prometeu e inflamou o debate que vem promovendo desde 2003. “A classe política está viajando na maionese e desconhece a brutal realidade das ruas. Estamos promovendo a impunidade e aumentando a violência urbana em todo território nacional. Uma vergonha sem precedentes”, disse Magno Malta. “Acorda políticos de Brasília”, clamou em tom firme o conceituado comunicador José Luiz Datena, que durante entrevista noticiava um crime hediondo cometido por um menor que roubou um carro e assassinou uma grávida em São Paulo. “O Brasil precisa da sua coragem na Presidência da República”, finalizou Datena.⁴⁰

Mídia 2

A matéria acima é um exemplo dos típicos programas sensacionalistas e policialescos com vários elementos importantes. Primeiro importa dizer, que não sabemos de onde se computou que tal programa “alcançou o maior índice de audiência nacional”, mas a afirmação é condizente com a popularidade de tais programas. Mas não bastasse atingir ao público nacional, têm ainda o apelo do alcance da internet que segundo a matéria “massificou para o mundo” e teve participações de internautas, o que mostra o alcance da discussão. Na fala do senador Malta nota-se a frustração e ao mesmo tempo a indignação, por “projetos para punir menores” serem reprovados; dá a entender que o senador não leva em consideração os dispositivos legais do ECA e muito menos as condições estruturais e desumanas dos estabelecimentos destinados aos adolescentes em conflito com a lei e a aplicação de medidas sócio educativas.

Contrapondo à este senso comum de impunidade levantamento da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, verificou um constante

⁴⁰ Disponível em <<http://youtu.be/I7HSr3rQpeg>> acesso em 17/04/2014

crescimento do número de adolescentes privados ou restritos de liberdade. Em 1996 eram 4.245, aumentando a cada ano chegando em 2010 ao número de 17.703 em 2010 (ALENCAR in PUCVIVA 39,2010, p.57). Em 08 de maio de 2014 a Carta Capital publica matéria sobre a Fundação Casa no estado de São Paulo, de onde destacamos as principais informações:

“O que vem sendo aplicado na Fundação Casa faz tempo é a redução da maioria penal”, afirma Antonio Gilberto da Silva, de 48 anos. “Hoje a Fundação Casa é uma cadeia, na qual nós, os servidores, e os adolescentes, somos as vítimas”.

*Dados obtidos com exclusividade por **CartaCapital**, por meio da Lei de Acesso à Informação, já que a instituição se negou inicialmente a fornecer tais números, mostram que, das 148 unidades que compõem a Fundação Casa hoje, 54 estão com superlotação acima do permitido pela Justiça. Isso significa que 36,47% do sistema, mais de uma a cada três unidades, está sobrecarregada.*

Você tem lá um banheiro que é projetado para 40 adolescentes. De repente, você tem que colocar 70 adolescentes para tomar banho. Como é que você faz isso? Se cada adolescente ficar 10 minutos embaixo do chuveiro, você vai gastar quantas horas para dar banho? Então o adolescente fica estressado. E isso estressa o funcionário. Eles criaram uma arena e colocaram os adolescentes e os funcionários para se digladiarem”, critica Silva.⁴¹

Mídia 3

Somada à superlotação, foram também constatados espancamentos, falta de escolarização, atividades profissionalizantes, assistência jurídica, médica; prazos de internação provisória vencidos e falta de higiene. Em 2011 o Conselho Nacional de Justiça recomendou a desativação de dezoito unidades pelo país pela situação precária encontrada (ALENCAR, idem, p.57). Assim constatamos que há um equívoco grave na interpretação do ECA pelo senso comum e demais estruturas da sociedade pois: “menor” apreendido é adolescente preso, internação é prisão, infração é considerada crime e medida sócio educativa é punição.

Voltando ao programa sensacionalista, quando apresenta a descrição “clamou em tom firme o conceituado comunicador”, tende-se a atribuir ao narrador a condição de porta voz do cidadão que o assiste no sofá de sua sala que agora o venera e até “votaria nele” para algum cargo político, pois o país precisa de heróis de voz potente que se façam ouvir, ou ainda, que façam “justiça” e como cenário para todo esse espetáculo midiático, durante a entrevista era apresentado “um crime hediondo cometido por um “menor” nada mais útil para consolidar a teoria do

⁴¹ Disponível em < <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/um-em-cada-tres-unidades-da-fundacao-casa-tem-superlotacao-acima-do-permitido-pela-justica-2637.html>> acesso em 23/06/2014

“bandido bom é bandido morto”, mas como não temos a pena de morte (só capciosa) e ele é “de menor” apenas receberá um puxão de orelhas do judiciário sob o olhar de reprovação da turma dos direitos “humanos” e passará uma temporada na Fundação Casa que é um “SPA de luxo pago com seu dinheiro, telespectador!”. As falas sublinhadas, usadas com alto grau de ironia, foram mantidas para demonstrar o tipo de linguagem usada nesses programas de televisão; é uma fala sempre tão tendenciosa, que em reportagem sobre a denúncia de uma psicóloga a ser pressionada em forjar laudos para liberar adolescentes internos antes de serem “recuperados”, segunda ela, o apresentador neste caso, chama os adolescentes de “crianças”, ou seja, a intenção é o aprisionamento, se o foco é o delito, a expressão usada para pressionar o senso comum é “marginais”, se o foco é a justificativa de “tratamento” para recuperação social, são denominadas “crianças”, com todo o apelo emocional que possa causar. Obviamente o tom vai depender do contexto e dos interesses que estiverem em disputa. Não encontramos em nossa pesquisa nenhuma nota que apresentasse os dados das infrações cometidas pelos adolescentes, em programas de televisão ou editoriais que abordassem o tema, talvez por que “imagens valem mais que mil palavras”, sem mencionar o impacto que causam e como se fixam em nossa mente nos causando temor e pavor dos jovens agressivos, mais ainda se forem negros e pobres. A exemplo disto, dados do ILANUD- Instituto Latino Americano das Nações Unidas (2003) – na capital de São Paulo durante os anos de 2000 a 2001, com 2.100 adolescentes acusados da autoria de atos infracionais, observa-se que a maioria se caracteriza como crimes contra o patrimônio. Furtos, roubos e porte de arma totalizam 58,7% das acusações. Já o homicídio não chegou a representar nem 2% dos atos imputados aos adolescentes, o equivalente a 1,4 %; em dados mais recentes, em abril de 2013 eram 9.016 internos e 83 por latrocínio, menos de 1%. Entretanto para o senso comum é a imagem do assassino cruel e violento , do “marginalzinho”que precisa ser encarcerado assim que cometer o primeiro delito, pois é a escalada para uma carreira criminosa que precisa ser contida, de preferência, na prisão (*sic*), grifo nosso.

3.1.2. Prender como saída/solução

A falência do sistema penitenciário brasileiro tem sido debate recorrente entre criminalistas, acadêmicos, pesquisadores, entre outros. Porém só ganha destaque na mídia quando ocorrem fatos que geram a comoção ou indignação pública, como massacres, rebeliões, fugas ou programas “jornalísticos” mostrando as precárias condições estruturais – que justificariam maiores investimentos financeiros - a que estão submetidos os detentos; raramente se fala na falta de assistência jurídica, à saúde, às violações de direitos, dos presos e de seus familiares, como a revista vexatória, por exemplo. E quando se fala, são em canais específicos. Entre as questões de maior repercussão está a privatização dos presídios, em Parcerias Público-Privadas – PPP- . A exposição ao público do universo violento dos presídios, fato conhecido há décadas. Uma nova visibilidade da barbárie do presídio de Pedrinhas no Maranhão recentemente, emergiu um polêmico debate com diferentes posicionamentos, dos mais intransigentes aos mais ingênuos, como deixar que a iniciativa privada explore sistema penitenciário e desobrigue o Estado dos custos, e as propostas de investir na ressocialização; há um público que de fato, ainda acredita em sua eficácia.

O caso de Pedrinhas foi explorado ao extremo com as imagens da carnificina gerada supostamente por desentendimentos entre facções criminosas, com o vídeo publicado no Canal Youtube intensas postagens foram feitas e repassadas nas redes sociais de onde eram feitos os comentários mais exacerbados, mais emocionais que racionais, bem ao gosto dos programas sensacionalistas. No entanto outro ponto que identificamos, foi para além da mídia popular e policialesca. Programa jornalístico de canal pago, também traz a notícia, mas por outro viés, para um público diferente. Sabemos que a mídia tem sua responsabilidade como agência de informação, no entanto como os já citados programas e apresentadores sensacionalistas e as muitas versões das TVs locais. A parcela da população que repudia o formato destes programas busca a notícia em outros canais. Entretanto, o “sangue” não é necessário para o jornalismo que vende o medo, a repressão e a política da lei e ordem, ele é feito com a roupagem de reportagem “investigativa”, “denúncia” e apuração dos fatos que “atordoaram o país”. Aí, a história é outra e a

venda é garantida: se alguns se chocam com o escândalo, o sangue, o exagero dos programas; o “jornalismo” com bancada bonita, canal a cabo e tom de seriedade fecha o negócio e ganha aqueles que não compraram a versão espetacular.

É o que esse vídeo do canal GloboNews faz muito bem:

Imagens exclusivas mostram presos com regalias dentro do presídio de Pedrinhas (MA).



Mídia 4

Cena de matéria veiculada pela emissora Globo News no dia 16/01/2014.

Em texto sobre a matéria do Globo News, a advogada Camila Gomes, faz perspicaz constatação:

O caso Pedrinhas scandalizou o país com suas cabeças cortadas. O canal, no lugar de procurar noticiar a superlotação, as condições do presídio, os agentes corruptos ou que não tem condições de exercer sua atividade no presídio, decide “denunciar” que havia uma “fartura de alimentos” nas celas “sem nenhuma repreensão”. Ou em uma cela, claro, porque a reportagem não se preocupa em falar que cela, quantas celas, a quem “pertence” a cela, como estão os demais presos. E, para piorar, fala de “regalias”. Não quer avaliar como ou porque os presos possuem fogão nas celas – ou alguém acha que chegaram ali no bolso de algum deles? Mas é bem eficaz em fazer tomadas precisas sobre os alimentos. “Até bananas”. Vejam vocês, essas pessoas que queríamos excluir da sociedade, jogar num depósito, trancar a chave e deixar que se matem, estão comendo até bananas. Regalias. Vou guardar esse vídeo. Não há Datena que faça um serviço tão eficiente em criar o medo (Camila Gomes).⁴²

⁴² Disponível em < <http://blogueirasfeministas.com/about/>> acesso em 29/07/2014

Assim temos o exemplo de como a mídia cobre todos os aspectos legitimadores do sistema prisional como um lugar “nem tão terrível”, se comparado aos seus habitantes, que merecem estar lá, pois a ideia é que a prisão não funciona por que não pune o suficiente. Só a privação de liberdade é pouco, tem que haver sofrimento físico, mental.

Se o caos do sistema prisional é a superlotação e a falta de vagas, a solução é simples e óbvia: construir mais presídios. Porém privatizar desresponsabiliza o Estado pela gestão do sistema, transformando o preso em “mercadoria” que gera lucro e atrai o investimento de empresas privadas. Em enquete promovida pela página do Conselho Nacional de Justiça na rede social Facebook, constatamos nas 150 primeiras respostas as seguintes sugestões alternativas: pena de morte, melhorar as condições para a ressocialização e privatizar os presídios.

Conselho Nacional de Justiça (CNJ)⁴³

“Submeter seres humanos às condições precárias como as verificadas no Presídio Central é prova da falta de civilidade nacional”, afirmou ministro Joaquim Barbosa, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do CNJ, após visitar as instalações do Presídio Central de Porto Alegre. O que você acha que poderia ser feito para reduzir a superlotação nos presídios? Dê a sua opinião!!!

(algumas sugestões)

- Privatização dos presídios é a melhor solução, até pq. o estado mostrou-se incompetente para administrar. Com a privatização, os presos poderiam trabalhar, estudar, sem ficar ociosos. Nos Estados Unidos, os presídios dão lucros, pq não aqui? Presídios não são depósitos de seres humanos como acontece aqui, que não recupera ninguém, pelo contrário.

- 1º O governo deve construir mais presídios e cadeias para dividir melhor os presos pelos crimes que cometeram, grave, médio e simples; 2º Obrigar a todos os presos a trabalhar em construção, reforma, limpeza, manutenção de edifícios e lugares públicos, obrigar aos presos a estudar, independente da vontade deles; 3º Contratar mais policiais, carcereiros, seguranças, psicólogos e profissionais da área, para fazer o sistema carcerário funcionar; 4º Tentar com as medidas anteriores, ressocializar os presos e os que não tiverem mais solução de voltar a sociedade, que cumpram 30 anos de prisão ou fiquem lá, até morrer; 5º O governo tem que acabar com as mordomias que os presos têm, tais como: visita íntima, comidas e presentes que os familiares e amigos levam, contato com familiares e amigos sozinhos e receber visitas de filhos menores de 18 anos, para não influenciarem esses, a criminalidade; 6º e último, prender todos os POLÍTICOS CORRUPTOS!!! Prisão não é festa!!!

⁴³ Disponível em <https://www.facebook.com/cnj.official> acesso em 09/06/2014

- *pena de morte ja. passou da hora de paramos de defender vagabundo, bandido bom é bandido morto*

- *Cadeira elétrica*

- *Extermínio em massa.... prioridades pra estupradores e ladrões*

- *exterminar aqueles presos que não tem recuperação*

— *Sou totalmente a favor de criação de presídios fazenda e presídio industrias(onde os presos teriam que trabalhar para pagar todo e qualquer prejuízo que tenham causado ao Estado e qualquer contribuinte e conjuntamente paguem sua própria comida e estadia, afinal agentes penitenciários e policiais não são de graça). Do corte de qualquer benefício para presos; Criação de um estado fora-da-lei(que existam recompensas por informações e captura de presos) e que presos foragidos onde forem vistos sejam recebidos com armas em punho.*

Mídia 5 (continuação)

A questão da privatização está na vanguarda do Estado neoliberal e cremos que esse modelo atende aos interesses do capital; certamente fará da punição – uma violência legitimada ao Estado- um mercado lucrativo. Um lucro que segundo Minhoto⁴⁴, não está tanto na exploração da mão de obra do preso, mas no fato de que os presídios se tornam uma espécie de consumidores cativos dos produtos vendidos pela indústria da segurança e da infraestrutura necessária à construção dos complexos penitenciários. Toda a propaganda que está sendo feita a favor da privatização dos presídios tem como carro chefe o complexo em Ribeirão da Neves na região metropolitana de Belo Horizonte, Minas Gerais. Segue um roteiro pré definido, das melhorias para o sistema através da gestão do consórcio de empresas que venceram a licitação, o GPA- Gestores Prisionais Associados-, através das PPP- Parcerias Público Privadas. José de Jesus Filho, assessor jurídico da Pastoral Carcerária, explica:

Entraram as empresas ligadas às privatizações das estradas, porque elas são capazes de reduzir custos onde o Estado não reduzia. Então ela [a empresa] ganha por aí e ganha muito mais, pois além de reduzir custos, percebeu, no sistema prisional, uma possibilidade de transformar o preso em fonte de lucro.⁴⁵

⁴⁴ Laurindo Minhoto, professor de sociologia da USP, em vídeo disponível em <http://apublica.org/2014/05/quanto-mais-presos-maior-o-lucro/> acesso em 24/05/2014

⁴⁵ Disponível em< <http://apublica.org/2014/05/quanto-mais-presos-maior-o-lucro/>> acesso em 24/05/2014

Outro fator preocupante ao modelo promocional de Ribeirão da Neves, é a garantia do Estado em manter uma lotação máxima de 90%, que nos leva a deduzir um grande incentivo ao encarceramento; detentos com perfil de “docilidade” são os “clientes”, assim a imagem a ser vendida à sociedade, será de exímia eficiência, mesmo que os custos ao Estado não sejam reduzidos, pois numa prisão pública um preso custa ao Estado entre 1.300,00 e 1.700,00 reais; na PPP de Ribeirão das Neves 2.700,00, (segundo matéria disponível em <http://apublica.org/2014/05/quanto-mais-presos-maior-o-lucro/> acesso em 24/05/2014)

Ora, para a mídia isso significa a perfeita explicação de mais qualidade no atendimento aos presos, então não há por que reclamar. São apresentadas imagens de celas limpas, organizadas, boas condições de trabalho e estudo; depoimentos de detentos “satisfeitos”, que não se refletem nas denúncias feitas por detentos confidencialmente em cartas⁴⁶ entregue à familiares, que por sua vez passam por revista vexatória, como citado por uma esposa de um preso:

Temos que tirar a roupa toda e fazer posição ginecológica, agachamos três vezes ou mais, de frente e de costas, temos que tapar a respiração e fazer força. Depois ainda sentamos num banco que detecta metais (Disponível em <http://apublica.org/2014/05/quanto-mais-presos-maior-o-lucro/> acesso em 24/05/2014).

O governador do estado de São Paulo, Geraldo Alckimn já está em busca de parceiras para a construção de novas unidades prisionais no estado de São Paulo, e já deixou publicamente claro seu apoio às privatizações, inclusive, nas Fundações Casa:

Acaba de ser aprovado, na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp), o Projeto de Lei Complementar nº 62 de 2013, que dispõe sobre a qualificação e o trabalho das organizações sociais. O texto prevê que seja entregue a Organizações Sociais (OSs) a administração da Fundação Casa, além da Investe São Paulo (uma agência que procura atrair investidores para o Estado) e as unidades de conservação ambiental (Disponível em: < <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/um-em-cada-tres-unidades-da-fundacao-casa-tem-superlotacao-acima-do-permitido-pela-justica-2637.html>> acesso em 23/06/2014)

A pena de morte é outra sugestão encontradas nas respostas a enquête do Conselho Nacional de Justiça; para o enfrentamento da criminalidade e da

⁴⁶ Anexo III

superlotação carcerária, assim como instrumentos coercitivos para o trabalho. Sobre o sistema prisional brasileiro cabe portanto considerar conforme Torres (2014), que na verdade a maioria da população acredita é que a prisão deva ser sinônimo de sofrimento, uma espécie de vingança; prisão não foi construída nem pensada para recuperar ou ressocializar. Outros modelos deveriam ser propostos, como políticas de desencarceramento e penas alternativas, difíceis em tempos de encarceramento em massa e sociedade da vingança(Torres *in* Jornal da Unifesp,nº05, 2014).

3.1.3. Criminalização das manifestações

Em meados de junho de 2013 o Brasil foi sacudido por uma série de mobilizações por todo o país. A princípio o que se iniciou com o Movimento Passe Livre contra o aumento das tarifas e por um transporte público gratuito, ganhou novas atribuições, com a coesão de diversos movimentos populares, partidos políticos, organizações sociais e a nova geração de militantes virtuais, até então criticados pela ineficácia em protestar “frente ao computador”, saem às ruas milhares de brasileiros/as. Não entraremos no mérito de análise do fenômeno em si, que ocorreu no contexto de toda uma onda de protestos pelo mundo, em geral, da classe trabalhadora pela retirada de direitos conquistados, do avanço do neoliberalismo- e como os brasileiros responderam à crítica interna de passivos e acomodados. Como nos interessa a exploração midiática do fato e as suas constantes variações conforme os interesses de classe na manutenção de seu status quo, numa espécie de contradição do “precisamos mudar para manter o mesmo” e no cinismo e desdutor da mídia conservadora à serviço do Estado e de seu aparato repressor.

Revoltosos de classe média não valem 20 centavos- Arnaldo Jabor em 12/06/2013⁴⁷

Eu errej, é muito mais que 20 centavos – Arnaldo Jabor em 17/06/2013⁴⁸

Mídia 6

Alguns fatores foram fundamentais para tom que a mídia apresentou as matérias sobre as manifestações de 2013. Primeiro nos pareceu que o fato os “pegou de surpresa”; não estava na pauta e não sabia-se muito bem que rumo iria seguir e de que forma agir. Como já faz parte da política neoliberal, a criminalização dos movimentos sociais, o uso da repressão policial era esperado, porém a violência policial atingiu não só os manifestantes, mas também os agentes da mídia encarregados de registrar as imagens das ruas lotadas de manifestantes. Além disso com a era da informação ao alcance de uma maior parcela da população, com seus registros em celulares e ampla divulgação nas redes sociais, a mídia se viu impelida a mudar o tom e se posicionar a favor dos manifestantes, com críticas aos

⁴⁷ Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=lyiQH4QAbuQ> acesso em 16/04/2014

⁴⁸ Disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=I15sc85hO-g> > acesso em 16/04/2014

chamados “exageros” no uso da força policial. O apelo visual e emocional, foram muito bem explorados pela mídia, e de repente não era mais uma manifestação de um movimento, mas de toda uma nação.

Entretanto uma nação com vários interesses em disputa. O jogo político que se sucedeu, destacou mais as diferenças do que as semelhanças que deram às manifestações de 2013, várias interpretações e diversas apropriações. Num certo momento o dever patriótico, a indignação com a corrupção política, a retirada de direitos, remeteu ao saudosismo da geração “cara pintada” que sai as ruas para mudar o país. Logo as imagens de ruas lotadas de manifestantes comportados, vestidos à caráter, com cartazes de protestos numa festividade do sentimento cívico, é substituída pelas imagens de violência dos “vândalos” que segundo a imprensa, usam o movimento para depredar, destruir o patrimônio público e privado.

A imprensa mitifica os grupos black blocs, os mascarados são intitulados como criminosos infiltrados no movimento para disseminar o crime e o caos, que justifica a intervenção violenta- que remeteu à outro período histórico do Brasil: a brutalidade policial da ditadura militar- O paradoxo se instaura : manifestantes x vândalos e a mídia à serviço do Estado punitivo, parece não se importar com as causas iniciais das mobilizações, o objetivo está alcançado: criminalizar os protestos. Manifestar é permitido, protestar não.

A Justiça do Rio de Janeiro autorizou, a partir desta terça-feira (3), a identificação criminal de pessoas que estejam usando máscaras durante manifestações públicas no Rio de Janeiro. Com isso, se necessário, o indivíduo será obrigado a acompanhar a autoridade policial à delegacia

Autorizo a identificação criminal de integrantes dos chamados grupos Black Bloc; Black Bloc Brasil, Black Bloc RJ, Anonymous e Anonymous Brasil e, ainda, de todos aqueles que estiverem usando máscaras, capuzes ou lenços em seus rostos, que se deslocarem, sob qualquer pretexto em manifestações populares, em qualquer número de participante”, escreveu o magistrado que deferiu o pedido, cujo nome não foi divulgado porque o processo corre sob sigilo.⁴⁹

Mídia 7

⁴⁹ Disponível em< <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/09/03/justica-autoriza-identificacao-criminal-de-manifestantes-com-mascaras-no-rio.htm>> acesso 02/07/2014

No embalo das ondas de violência os anúncios de vultuosos investimentos em equipamentos para “controlar as manifestações”, com canhões de água, gás e tinta, veículos blindados, entre outros, estimulam o já absorvido estado de guerra permanente, ou como nos diz Vera Malaguti, uma adesão subjetiva à barbárie (BATISTA apud WACQUANT, 2012, p.307).

As ações da Polícia Militar do Estado de São Paulo no controle de manifestações vão contar com 14 veículos blindados, entre eles quatro caminhões equipados com canhões de água para dispersar multidões. O processo de licitação internacional, que foi aberto em dezembro e está em andamento, estima um gasto de até US\$ 15 milhões com a frota, o equivalente a cerca de R\$ 35 milhões. Segundo a PM, cada veículo com jato de água deverá custar US\$ 808.476 (R\$ 1,8 milhão). Com capacidade para atingir pessoas que estejam a até 60 metros de distância, o canhão permitirá combinações de água com gás lacrimogêneo e tinta, que poderá ajudar na identificação posterior de manifestantes. Além desses veículos, foram licitados seis blindados de grande porte para até 24 policiais (US\$ 1,5 milhão ou R\$ 3,6 milhões cada um), que também serão destinados ao "controle de distúrbios civis", e quatro veículos de porte médio para transportar de 8 a 12 PMs em "ações táticas e operações especiais" (US\$ 595.719 ou R\$ 1,3 milhão cada um).⁵⁰

Mídia 8

⁵⁰ Disponível em <<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2014/02/26/pm-preve-gastar-r-35-mi-com-canhao-de-agua-e-outros-blindados-antiprotesto.htm>> acesso em 02/07/2014

3.1.4. Justiça pelas próprias mãos

Os “justiceiros”, gente de bem, cansada da omissão do governo na segurança pública, que acaba fazendo justiça com as próprias mãos.(Fernando Francischini, deputado federal do PR)⁵¹

Mídia 9

A fala do deputado corrobora a interpretação dos especialistas da mídia dizem que a população age onde o Estado falha, pelo sentimento de impunidade e ineficácia das políticas de segurança pública. Um sentimento que é explorado pela mídia com os programas denúncia em que a população é convocada a participar de uma espécie de vigilância criminal, caça aos bandidos, como um serviço de utilidade pública. Valendo-se da estratégia panóptica utilizada pelo Estado para o controle social, mecanismos são criados para a vigilância civil:

*Sem confiança nos métodos tradicionais de garantir a proteção das pessoas, a população passou a utilizar alguns meios alternativos de fugir de incidentes criminosos.*⁵²

Onde Fui Roubado (site) Onde Fui Roubado é um mapa coletivo com ocorrências de crimes a partir do Google Maps. O usuário deve selecionar a cidade em que deseja consultar os roubos e aí pode visualizar o mapa com os crimes. -----**B.O Coletivo (iOS)** B.O Coletivo é um aplicativo para iOS que permite registrar ocorrências de crimes em um mapa coletivo com outros usuários, e também consultar as outras ocorrências nos locais que desejar. O app utiliza o GPS do dispositivo para verificar o local do usuário e já localiza-lo no mapa. ____ **WikiCrimes Mobile (Android)** O WikiCrimes Mobile é um aplicativo que se conecta com a base de dados do site wikicrimes.org para verificar se o local que o usuário está é seguro ou não. Além de receber a resposta, o usuário pode ver no mapa os crimes e também a lista das ocorrências com sua descrição. Na versão paga do aplicativo, que custa US\$ 0,99, também há informações do governo em relação aos delitos, tornando mais confiáveis as informações sobre a segurança de um local.

Mídia 10

⁵¹ Disponível em< http://www.bonde.com.br/?id_bonde=1-3-954-20140226> acesso em 03/07/2014

⁵² Disponível em <http://exame.abril.com.br/tecnologia/noticias/fuja-do-perigo-com-apps-que-mapeiam-ocorrencias-de-crimes> acesso em 03/07/2014

O foco é sempre a insegurança, o medo social e a marginalização de determinados territórios, aliados à contribuição dos “cidadãos de bem”, que legitimam a intervenção do Estado, com políticas de vigilância e controle, como o modelo das UPPs- Unidade de Polícia Pacificadora- nas favelas do Rio de Janeiro, um modelo que segundo Batista, converteu-se em um laboratório de projetos de controle social por ocupação que se inspiram na Colômbia, no Iraque, na Palestina, nos territórios do mal, como diria Bush(BATISTA,2011,p.100). Fica evidente também a exploração comercial e seletiva da insegurança. O vigilantismo segundo Batista, não se limita aos meios foto eletrônicos, mas subsiste em inúmeras propostas, como a apresentada pelo sociólogo Luiz Eduardo Soares, ao expor ao jornal O Globo em 27 de novembro de 2001. A proposta do Partido dos Trabalhadores em montar nos batalhões da Polícia Militar centrais de telemarketing, que ofereceria mão de obra cadastrada nas favelas:

Os batalhões podem montar cadastros desses prestadores. ONGs forneceriam pessoas para trabalhar num serviço de telemarketing muito simples, anotando os pedidos da população. Os batalhões funcionariam como fiadores desses prestadores e checariam, no fim, se o trabalho foi bem feito.

Trabalhadores pobres cadastrados na polícia e supervisionados pela polícia. Para quem leu Bentham, qualquer comentário seria supérfluo. Proposta formulada por um especialista do Partido dos Trabalhadores. Tempos confusos (BATISTA, 2003,p.13-14).

Diante da suposta ineficácia do Estado em prender e punir os causadores do pânico social, a mídia, a serviço do capitalismo burguês que necessita manter o controle das classes subalternas, estimula a ideologia da vingança. Certamente é muito imprudente afirmar que apenas a mídia seria a causa dos linchamentos que inundaram os noticiários, as redes sociais e os programas de televisão, tratando-se de uma questão complexa que nos remeteria ao estudo e análise da antropologia e sociologia; mas fazendo um recorte bem específico, qual seria a parcela de contribuição da mídia? Citamos dois exemplos.

A jornalista do SBT Rachel Sheherazade provocou polêmica e dividiu opiniões na internet com um comentário a favor do grupo de pessoas que deteve um suspeito de assalto, o agrediram e deixaram nu, preso a um poste com uma trava de bicicleta. O caso foi no Rio de Janeiro na última semana.

Em seu comentário no "SBT Brasil" de terça-feira, Rachel disse que a atitude do grupo era "até compreensível". "Num país que sofre de violência endêmica, a atitude dos vingadores é até compreensível", disse a jornalista. "O Estado é omissa, a polícia desmoralizada, a Justiça é falha. O que resta ao cidadão de bem, que ainda por cima foi desarmado? Se defender, é claro", acrescentou, para completar: "O contra-ataque aos bandidos é o que chamo de legítima defesa coletiva de uma sociedade sem Estado contra um estado de violência sem limite". No final, ainda disse que quem defende o suspeito deveria "adotar um bandido". "Aos defensores dos direitos humanos, que se apiedaram do marginalzinho preso no poste, lanço uma campanha: faça um favor ao Brasil, adote um bandido".⁵³

Mídia 11

O debate entre defensores e opositores da opinião da jornalista, situou-se entre a liberdade de expressão e apologia ao crime. Mas não se trata de um fato isolado individualmente, segundo Batista:

Na televisão, os âncoras são narradores participantes dos assuntos criminais, verdadeiros atores- e atrizes- que se valem teatralmente da própria máscara para um jogo sutil de esgares e trejeitos indutores de aprovação ou reproche aos fatos e personagens noticiados.[...] A acusação vem servida com seus ingredientes já demarcados por um olhar moralizante e maniqueísta; o campo do mal destacado do campo do bem, anjos e demônios em sua primeira aparição inconfundíveis (BATISTA, 2003, p.14).

Outro caso que gerou muita polêmica e comoção, relacionado ao primeiro, foi a divulgação em página do Guarujá Alerta na rede social facebook, que se intitula como uma página que “está sempre alerta aos fatos e acontecimentos à serviço da comunidade”. Um perfil e retrato falado de uma suspeita de sequestrar crianças para rituais de magia negra, que culminou com o espancamento e a morte de uma mulher. O fato da “suspeita” ser inocente das acusações foi o que suscitou uma grande comoção nacional que tratou de exigir das autoridades que os responsáveis fossem punidos. Mas quem seriam os responsáveis? A polícia frente a repercussão do caso, tratou logo de identificar suspeitos pelas imagens veiculadas na internet; outras instâncias acusaram o dono da página e houve ainda quem atribuisse a culpa à jornalista do SBT. O foco é outro, mas o objetivo é o mesmo: a punição urgente e imediata. Batista diz que os procedimentos legais para apurar a ocorrência do delito

⁵³ Disponível em< <http://www.correio24horas.com.br/detalhe/noticia/jornalista-causa-polemica-com-comentario-sobre-justiceiros-adote-um-bandido/?cHash=5dd9f4c6fec1d8ed81088d8c794a69e4>>acesso em 03/07/2014

entram em tensão com o delito-notícia que reclama pela pena-notícia diante do devido processo legal, apresentado como um estorvo; ou seja, o “furo de reportagem” que rapidamente noticia um crime, com a mesma rapidez exige a notícia da punição, mesmo que para isso não sejam respeitados os devidos estágios do processo condenatório.

“No processo de minimização do Poder Judiciário, o neoliberalismo se vale de instrumento análogo aos empregados na sua obra econômico-social” (BATISTA, 2003, p.04).

Justiça com as próprias mãos

Casos de agressão a suspeitos de cometer crimes foram noticiados pelo G1 neste ano



G1 com.br

Infográfico atualizado em 25/3/2014

Mídia 12

Os casos de “justiça com as próprias mãos”, ou justiceiros, garantiram a audiência da pauta criminológica com a presença dos “especialistas” nos mais diversos canais da mídia, com público garantido ao espetáculo dos horrores e da avidez por justiça- ou vingança- que redime-se perante a constatação de que a causa é a ausência do Estado punitivo, numa contraditória expiação da culpa, ou seja, o Estado é culpado pela insegurança que ele próprio alimenta. Tendenciosamente os debates são conduzidos para legitimar os interesses

neoliberais ou para desqualificar as análises mais profundas que possam por em dúvida a eficácia do sistema penal.

Se através da investigação direta de delitos, da circulação de pautas de interesse criminal, ou da franca intervenção sobre processos em andamento as agências de comunicação social do sistema penal se aproximam das agências executivas, precisam de um discurso para fundamentar sua *performance*. Mais que isso, precisam que *seu* discurso se imponha aos concorrentes. Neste sentido toda e qualquer reflexão que deslegitime aquele *credo* criminológico da mídia deve ser ignorada ou escondida: nenhuma teoria e nenhuma pesquisa questionadora do dogma penal, da criminalização provedora ou do próprio sistema penal são veiculados em igualdade de condições com suas congêneres legitimantes (BATISTA, 2003, p.06).

No caso do Guarujá, outro aspecto que observamos está na vinculação da violência à uma determinada região, os bairros pobres da cidade, que corrobora a teoria de Wacquant da segregação espacial que visa otimizar a vigilância aos pobres, aos negros, aos jovens – que ousam organizar “rolezinhos”⁵⁴- onde o Estado concentra suas estratégias no controle social e na gestão penal da miséria.

O sistema penal é uma invenção perversa do capitalismo ocidental, que se naturalizou. Achemos que não podemos viver sem isso. Nos anos 1980, no Brasil, tinha uma grande luta da psiquiatria contra o manicômio, que é a mesma coisa que a prisão. E não nos damos conta, não fazemos essa analogia. E aí, que com o neoliberalismo, estamos vivendo a maior onda de encarceramento da humanidade. Nunca se prendeu tanto, porque foi disseminado, a partir de um modelo norteamericano, que toda conflitividade social deve ser criminalizada. Briga de marido e mulher, “bullying”, assédio, discussões de vizinhos... Toda a vida cotidiana foi regulamentada com intervenção do Estado. Uma sociedade que precisa de muita polícia não é boa. Vera Malaguti Batista.⁵⁵

Com essas análises expostas, constatamos o papel da mídia como um dos instrumentos da sociedade do controle “da lei e ordem” para manter o status quo; a

⁵⁴ Movimento criminalizado de jovens da periferia que se organizavam pelas redes sociais para passeios em shoppings, que foram mostrados pela mídia como grupos de “arrastão”, dos marginais pretos e pobres invadindo os espaços da elite branca.

⁵⁵ Disponível em <<http://www.ofluminense.com.br/editorias/revista/como-fazer-para-reduzir-criminalidade-entre-os-jovens>> acesso em 14/3/2014

continuidade perversa da ideologia da classe burguesa, de exploração e domínio da classe trabalhadora; da manutenção do sistema penal/prisional como única forma de conter a violência; da promoção do medo social para a reprodução da indústria privada da segurança; dos valores burgueses; dos engodos da guerra urbana no combate às drogas e da ideologia falaciosa da ressocialização dos presos/as. As políticas neoliberais que avançam sobre a população mais vulnerável e desprotegida para garantir a sobrevivência do sistema capitalista.

Considerações finais

Diante dos acontecimentos recentes no Brasil e no mundo, não há como ficar indiferente. As transformações que se operam através das relações capital X trabalho estão cada vez mais impactando em nossa vida cotidiana e aumentando a desigualdade social. Punindo os pobres com o abandono social, com a responsabilização individual do estrato social ao qual pertencem os excluídos, os rejeitados, os sobrantes, condicionados a reproduzir sua existência em condições miseráveis, sem que dela consigam sair. Quem ainda não sentiu o gosto amargo do desemprego ou do subemprego, não foi vítima de algum tipo de preconceito, não presenciou uma violência policial, não acumulou dívidas, não foi despejado, entre outras coisas, ou tem uma percepção da realidade muito distorcida ou insiste em negar o óbvio: estamos vivendo tempos de um capitalismo de barbárie! Mas não apenas a barbárie que é ofertada aos olhos pela mídia, dos criminosos cruéis, bandidos e assassinos que maculam nossa sociedade de “cidadãos de bem”. O próprio conceito de cidadania se perde diante do avanço da onda neoliberal, que cada vez mais retira direitos e cede privilégios. Privilégios à classe dominante, à elite burguesa em decadência moral, que não se comove com o flagelo humano dos cárceres sociais, sejam os presídios com mais de 40% de presos provisórios, que sem condenação legal já estão condenados pelo estigma social, sejam as Fundações Casa onde fazem crer que os adolescentes não são punidos ou não o suficiente. Não se comovem com o fato de que nossos jovens já perderam a liberdade há muito tempo, quando lhes é negada uma existência plena, digna e de oportunidades. É mais fácil culpar e punir, é mais útil. O crime e o castigo como faces da mesma moeda; a sociedade refém de si mesma na ânsia de reformar o que não tem conserto. É preciso construir algo novo. Uma utopia? Nesses tempos sombrios, provavelmente. Mas não nos detenhamos pelas fatalidades, e sejamos cautelosos com os messianismos. Por hora, nos parece importante reconhecer as causas que transformaram a “marolinha” nessa onda gigante que atinge todos os espaços de reprodução da vida. A política de intolerância que criminaliza os mais vulneráveis socialmente, e diga-se em claro e bom tom, vulnerabilidade esta, criada pelo modo de produção capitalista, pelos valores burgueses, pelo preconceito étnico e racial, pela segregação territorial, pelas desigualdades ímpares da sociedade brasileira. Basta caminhar na bela orla de Santos, admirar seus jardins e seus

prédios famosos por serem tortos..., tão tortos quanto a visão da gestão pública que concentra os investimentos financeiros onde menos precisame os serviços de assistência de responsabilidade do município, são entregues às OSs (Organizações Sociais).

Quando a notícia das rebeliões nos presídios, das cabeças cortadas, da superlotação carcerária chocam a sociedade, do debate se apropriam as hienas carniceiras da privatização. O Estado se omite, aquela parcela de liberdade que em Beccaria abrimos mão para usufruirmos do que nos restou, foi usurpada pela onda neoliberal. E assim também no sistema penal: a insegurança social, que não aponta perspectivas à classe trabalhadora precarizada, se reflete no aumento da população carcerária legitimada pelo medo social, pela desregulamentação e flexibilização do trabalho vivo.

O positivismo está mais ativo do que nunca, com suas fórmulas e receitas para curar a sociedade doente, encarcerar e vender a ideia “mea culpa” da reinsserção social dos “delinquentes”. O capital também está de olho nesse nicho do mercado, que é a prisão e todo o aparato punitivo e vigilante do controle social. As penitenciárias americanas anunciam grandes lucros, o preso “mercadoria é um bom investimento” e o Estado paga tanto literal e monetariamente, como ainda garante o fluxo da “mercadoria”. Wacquant sabiamente observou que a inflação da população carcerária e a precarização do trabalho assalariado, estão inscritas nas preferências culturais e decisões políticas. Se nos determos em falar da cultura da punição na historicidade da sociedade brasileira, este trabalho estaria muito incompleto. Precisaríamos vasculhar os anos da ditadura militar, do coronelismo, autoritarismo, e entre tantos; focar na segregação racial num país miscigenado, na potência destrutiva da inconsciência de classe, da fragmentação das lutas sociais, da concentração espacial para a vigilância policial, como nos guetos americanos, as favelas brasileiras são o alvo principal da seletividade da violência policial e nos becos e ruas estreitas e escuras, a pena de morte não oficial, não computada nos registros criminais, não é notícia, não choca, é apenas mais uma mãe pobre chorando por seu menino. É a certeza da impunidade também seletiva que permite espancar o egresso trabalhador em frente à uma instituição de ensino pública, com plateia coagida ao silêncio pelo medo da represália. Não importa, por que na noite seguinte a pena de morte fora aplicada.

Talvez a mais emblemática questão: a guerra às drogas. Quem pode acreditar que o patrulhamento que espreita os becos, as bocas do comércio ilegal, agora televisionado num marketing da segurança pública, de fato combate o tráfico? Se preocupa com a saúde da população? Lembremo-nos que o “negócio prisão” precisa de mercadoria. As cenas de assistentes sociais correndo atrás de supostos usuários na promocional campanha de internação compulsória, remete a velha expressão: seria cômico, se não fosse trágico. A higienização social.

São inúmeras e complexas as questões acerca da punição como uma resposta do Estado punitivo às diversas expressões da Questão Social. Mas acreditamos que o percurso inicial que traçamos neste trabalho nos trouxe uma compreensão importante para o posicionamento profissional a seguir. O Serviço Social que nasce da necessidade da classe dominante para manter seu status quo; passou pelo processo de redemocratização e reestruturação comprometendo seu projeto profissional publicamente à defesa dos direitos humanos e da classe trabalhadora, não deveria, não poderia e não pode ser complacente com essa onda punitiva que destroça os sonhos de uma sociedade emancipada. Eis que esta seria a relevância, em nosso entendimento, do ingresso ao debate sócio- político da área penal, tendo em mente que apenas uma profissão não é capaz de afirmar como seria uma sociedade ideal, mas certamente é capacitada a dizer, o que não é ideal em nenhum tipo de sociedade.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, V.S. **Justiça juvenil: repressão e violação de direitos**. . Encarceramento em Massa, símbolo do Estado Penal. Editorial PUCVIVA 39, p.55-59, set/dez 2010.
- BARATTA, A. **Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal**. Rio de Janeiro: Revan, 1997.
- BATISTA, V.M. **Introdução Crítica à Criminologia Brasileira**. Rio de Janeiro: Revan, 2011.
- BATISTA, V.M. (Org). **Loïc Wacquant e a questão penal no capitalismo neoliberal**; tradução Sérgio Lamarão. Rio de Janeiro: Revan, 2012.
- BECCARIA, C. **Dos Delitos e Das Penas**. Ridendo Castigat Mores. 2001.
- BITENCOURT, C.R. **Falência da pena de prisão – causas e alternativas**. São Paulo. Ed. Revista dos Tribunais, 1993.
- BRASIL. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília. Senado Federal, 1988.
- BRASIL. Ministério da Justiça. Execução Penal. Sistema Prisional. **INFOPEN 2012**.
- CARVALHO, S. **Pena e Garantias**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.
- CERNEKA, H.A. **Encarceramento em massa – lembrando que a massa tem nomes, famílias e história**. . Encarceramento em Massa, símbolo do Estado Penal. Editorial PUCVIVA 39, p.10-11, set/dez 2010..
- FILHO, L.F.C. **A Prisão**. São Paulo: Publifolha, 2002. 80 p.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- _____. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**; tradução de Raquel Ramalhete. 39.ED. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- HILDEBRAND, A.; ROCHA, T. T; JESUS, M.G. **Crime sem Alternativa: o tráfico de drogas e a vedação da pena restritiva de direitos**. Encarceramento em Massa, símbolo do Estado Penal. Editorial PUCVIVA 39, p.72-74, set/dez 2010.
- SILVA, M.L.O. **Entre Proteção e Punição: o Controle Sociopenal dos Adolescentes**. São Paulo: Ed. Unifesp, 2011
- TOLEDO, B.A.S. **O papel do sistema de segurança pública e justiça no encarceramento em massa**. Encarceramento em Massa, símbolo do Estado Penal. Editorial PUCVIVA 39, p.35-39, set/dez 2010.

TORRES, A.A. **A Institucionalização e Suas Consequências**. Encarceramento em Massa, símbolo do Estado Penal. Editorial PUCVIVA 39, p.44-46, set/dez 2010.

WACQUANT, L. **As Duas Faces Do Gueto**; tradução Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. **As Prisões da Miséria**; tradução André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

_____. **Os Condenados da Cidade: estudo sobre a marginalidade avançada**, [tradução de João Roberto Martins Filho...et al.]. Rio de Janeiro: Revan; FASE, 2001. 2ª edição set. de 2005.

Sites Consultados:

_____. BATISTA, N. **Mídia e Sistema Penal no Capitalismo Tardio**. Biblioteca on line de Ciências da Comunicação, 2003. Disponível em www.bocc.ubi.pt. Acesso em 26 maio 2014. BRASIL.

_____. **Código Penal**. DECRETO-LEI N.º 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940. Disponível em: http://www.amperj.org.br/store/legislacao/codigos/cp_DL2848.pdf. Acesso em 07 mar. 2014.

_____. **CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA**. Boletim Diário, jun. 2014. Disponível em < <https://www.facebook.com/cnj.official?fref=ts> > acesso em 16/04/2014

_____. <<http://g1.globo.com/jornal-da-globo/noticia/2014/05/confira-todas-reportagens-da-serie-impunidade-do-jornal-da-globo.html>> acesso 03/05/21014

_____. <<http://portal.mj.gov.br/main.asp?View={47E6462C-55C9-457C-99EC-5A46AFC02DA7}&BrowserType=IE&LangID=pt-br¶ms=itemID%3D%7B38622B1F-FD61-4264-8AD4-02215F6598F2%7D%3B&UIPartUID=%7B2868BA3C-1C72-4347-BE11-A26F70F4CB26%7D>> acesso em 03/05/2014

_____. Disponível em < http://www.cerebromente.org.br/n01/frenolog/lombroso_port.htm > acesso em 02 jun 2014

_____. Disponível em <http://carceraria.org.br/102-milhoes-de-pessoas-estao-presas-em-todo-o-planeta.html> acesso em 16 maio 2014

___Disponível em <acessajuventude.webnode.com.br/historia-do-carandiru/> acesso em 09/06/2014

___Disponível em <<http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/93-dos-paulistanos-querem-reducao-da-maioridade-penal/>> 17/04/2013

___Disponível em <<http://youtu.be/l7HSr3rQpeg>> acesso em 17/04/2014

___Disponível em <<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/um-em-cada-tres-unidades-da-fundacao-casa-tem-superlotacao-acima-do-permitido-pela-justica-2637.html>> acesso em 23/06/2014

___Disponível em <<http://blogueirasfeministas.com/about/>> acesso em 29/07/2014

___Disponível em <https://www.facebook.com/cnj.official> acesso em 09/06/2014
vídeo

___Disponível em <http://apublica.org/2014/05/quanto-mais-presos-maior-o-lucro/> acesso em 24/05/2014

___Disponível em< <http://apublica.org/2014/05/quanto-mais-presos-maior-o-lucro/>> acesso em 24/05/2014

___Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=lyiQH4QAbuQ> acesso em 16/04/2014

___Disponível em< <https://www.youtube.com/watch?v=l15sc85hO-g>> acesso em 16/04/2014

___Disponível em< <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/09/03/justica-autoriza-identificacao-criminal-de-manifestantes-com-mascaras-no-rio.htm>

___Disponível em< <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/09/03/justica-autoriza-identificacao-criminal-de-manifestantes-com-mascaras-no-rio.htm>> acesso 02/07/2014

___Disponível em <<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2014/02/26/pm-preve-gastar-r-35-mi-com-canhao-de-agua-e-outros-blindados-antiprotesto.htm>> acesso em 02/07/2014

___Disponível em< http://www.bonde.com.br/?id_bonde=1-3--954-20140226> acesso em 03/07/2014

___Disponível em <<http://exame.abril.com.br/tecnologia/noticias/fuja-do-perigo-com-apps-que-mapeiam-ocorrencias-de-crimes>> acesso em 09/06/2014

___<<http://educacao.uol.com.br/biografias/>> acesso em 09/06/2014

___ <<http://www.e-biografias.net/>> acesso em 07/5/2014

___ <<http://www.valorjuridico.com.br/>> acesso em 01/07/2014

___ <<http://www.conjur.com.br/>> acesso em 01/07/2014

___ <<http://www.sbt.com.br/jornalismo/>> acesso em 01/07/2014

___ <<http://antiblogdecriminologia.blogspot.com.br/>> acesso em 02/07/2014

___ Disponível em< <http://www.correio24horas.com.br/detalhe/noticia/jornalista-causa-polemica-com-comentario-sobre-justiceiros-adote-um-bandido/?cHash=5dd9f4c6fec1d8ed81088d8c794a69e4>>acesso em 03/07/2014

___ Disponível em <www.g1.com.br> acesso em 26/04/2014

___ Disponível em <<http://www.ofluminense.com.br/editorias/revista/como-fazer-para-reduzir-criminalidade-entre-os-jovens>> acesso em 14/3/2014

_ Disponível em:<<http://www.monitormercantil.com.br/index.php?pagina=Noticias&Noticia=139845>> acesso em 02/07/2014

___ Disponível em <http://educacao.uol.com.br/disciplinas/sociologia/estado-do-bem-estar-social-historia-e-crise-do-welfare-state.htm> acesso em 08/06/2014

___ Disponível em:< <http://www.nevusp.org/downloads/down254.pdf>>acesso em 03/07/2014

Anexo I

07/06/11

RELATÓRIO Sobre A dificuldade
De Poder estudar

MEU NOME É G.C.L.

QUERO RELATAR O PROBLEMA. QUE EMPEDE DE VIRM
PARA A SALA DE AULA,

- 1- PROBLEMA, É A DIFICULDADE PARA SAIR DA
ALA POR CAUSA DE CRÍTICA.
- 2- PROBLEMA, TER QUE ESPERAR O CAFÉ DA MANHÃ
MUITAS VEZES NCM NOS ALIMENTAMOS.
- 3- MUITAS VEZES ACONTECE ALGUM PROBLEMA NA
ALA NÃO NOS DEIXA SAIR PARA ESTUDAR.
- 4- PROBLEMA SE PERDEMOS A HORA TAMBÉM
NÃO PODEMOS SAIR.
- 5- PROBLEMA O DIA DE VISITA NA QUINTA
FEIRA QUE NÃO TEMOS AULA.
- 6- PROBLEMA FALTA DE ÁGUA PARA TOMAR
BANHO E LAVAR ROUPA
- 7- PROBLEMA ESTAMOS PRECIZANDO DE DE UMA
ALA SO PARA ESTUDANTE

Anexo II

Tratamento Penitenciário

A Coordenação-Geral de Tratamento Penitenciário – CGTP, da Diretoria do Sistema Penitenciário Federal – DISPF/DEPEN, foi criada com o objetivo de planejar, coordenar e orientar a execução de políticas públicas assistenciais voltadas ao cumprimento de penas no Sistema Penitenciário Federal – SPF, em observância aos ditames do Estado Democrático de Direito, dos Direitos Humanos e da dignidade da pessoa humana, nos termos da Constituição Federal, da Lei de Execução Penal, do Regulamento Penitenciário Federal e da legislação específica vigente.

Ao longo dos últimos anos teve como papel principal fomentar a política de individualização da pena, assegurando o livre desenvolvimento da personalidade dentro do marco constitucional de respeito à dignidade do sentenciado e não em função dos anseios de punição. Sendo, principalmente, um órgão de articulação e elaboração de políticas, programas e projetos nas áreas da assistência à saúde, material, jurídica, educacional, laboral, social, psicológica e religiosa aos presos custodiados nas Penitenciárias Federais.

Por ter a pessoa como objeto principal de proteção, a concepção de política penitenciária que se busca implementar se insere na inclusão do tratamento penitenciário como política de garantia dos direitos humanos, fator de redução de danos e minimização de vulnerabilidades que o sistema punitivo produz.

Nesta ótica, a atuação da Coordenação-Geral de Tratamento Penitenciário – CGTP, juntamente com as Divisões de Reabilitação e Serviços de Saúde das Penitenciárias Federais, contribui para clarificar a conjuntura diferenciada deste novo Sistema Penitenciário, de forma a assegurar o exercício dos direitos não atingidos pela sentença ou pela lei, vinculando o cumprimento da pena restritiva de liberdade a um arcabouço normativo contemporâneo de humanização da pena e garantia de direitos.

Anexo III

Carta de detentos do presídio de Ribeirão das Neves

Estamos deixando a Imprensa e a Corregedoria ciente que estamos sendo humilhados pelos diretores coordenadores e monitores, do presídio PPP unidade .2. Sr. Glauber -diretor, Sr. Alfredo - subdiretor, Sr. Carvalho e outros...Fato esculacho nas revistas das visitas e maus atendimentos dos familiares e detentos desta unidade.(Não sabemos o porque tem telefone. Porque eles não atendem, Duvidas Informações que a nossa família precisa ninguém sabem informar) As senhoras de idade (Idosas) sempre entraram nas visitas de saias e vestidos ate na canela, pois agora os monitores (agentes) estão obrigando as senhoras a irem de saias ou vestidos longos. Os detentos são maus atendidos na Saúde, assistência médica, psicologia, dentista e jurídico ! E desde já deixamos todas as sociedades do regime a qual os detentos da unidade 2 estão sendo submetidos a um banho e alimentação, no qual e escolhido o horário pelos próprios monitores e que constantemente os detentos desta unidade são submetidos a uma falta obrigatória de água. Pois eles desligam o registro e falam que acabou a água e não ligam durante a um bom tempo (Estamos ficando sem água dentro das celas). Na propaganda que e exibida na TV relata que todos os detentos da unidade tem Trabalhos, Estudos, e Cursos Profissionalizante mais não e isso que esta acontecendo na prática, necessitamos da presença do DIREITO HUMANOS que se faz na presente unidade e que passe de vivência em vivência. Pelo fato de que a unidade já tem, os detentos beneficiados dos diretores para sempre falar bem da unidade.